



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ALTOS ESTUDOS E AVALIAÇÃO TECNOLÓGICA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1115/11	DATA: 10/08/2011
INÍCIO: 14h34min	TÉRMINO: 16h44min	DURAÇÃO: 02h11min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h11min	PÁGINAS: 51	QUARTOS: 27

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

LUIZ ANTÔNIO RODRIGUES ELIAS – Secretário-Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia.

SUMÁRIO: Exposição sobre o tema *Propriedade Intelectual e Inovação Tecnológica*.

OBSERVAÇÕES



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Quero agradecer a todos a presença. Queria saudar os membros do Conselho, aqui bem representados nas figuras do nosso querido Newton Lima e também do nosso grande amigo, que substitui seu pai, figura exemplar deste Conselho, que é o nosso Félix Mendonça Júnior.

Eu queria neste dia dizer da minha satisfação em voltar a este Conselho, sobretudo porque este semestre será uma pauta muito alentada do Conselho. Queria saudar também o Secretário-Executivo, Luiz Henrique Cascelli, cujo trabalho à frente da Consultoria Legislativa da Câmara enobrece a instituição e faz com que este Conselho tenha a melhor assessoria legislativa do Brasil, sem qualquer favor. Queria saudar o colega Jaime Martins também. Então, queria dizer, antes de passar a palavra ao ilustre Relator, que nós vamos ter na próxima terça-feira, das 8 horas e 30 minutos até às 18 horas um seminário sobre extensão tecnológica no Brasil. Esse trabalho vai ser aberto no Auditório Nereu Ramos, com a presença do Presidente da Câmara, com a presença do Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, com a presença do Presidente da Comissão de Educação, e também de outras autoridades. Vários Ministros de Estado já confirmaram as suas presenças. Também vamos ter a exposição de um centro vocacional e tecnológico, de 16 a 19 de agosto, das 9 horas às 18 horas em frente ao Anexo II da Câmara dos Deputados. A mostra é de iniciativa do Deputado Ariosto Holanda, patrocinada pela Ministério da Ciência e Tecnologia, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, pelo Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica e pela Comissão Especial de Plano Nacional de Educação. Também teremos um seminário, esse cujo Relator é o ilustre Deputado Newton Lima, Inovação Tecnológica, Propriedade Intelectual e Patentes, das 14 horas às 18 horas, do dia 17 de agosto, no Plenário 4, corredor das Comissões Técnicas da Casa. O evento é uma iniciativa do Deputado Newton Lima, Relator do estudo junto a este Conselho. Seminário Internacional sobre Fontes Renováveis de Energia, no dia 14 de setembro, das 9 horas às 18 horas, no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados. O evento é de iniciativa do Deputado Pedro Uczai, Relator.

A apresentação de hoje será do ilustre convidado expositor, o Dr. Luiz Antônio Rodrigues Elias, Secretário-Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia. O Dr.



Luiz Antônio Rodrigues Elias é economista e possui especialização em Gestão da Cooperação Técnica Internacional, pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal de São Paulo. E no Ministério da Ciência e Tecnologia, o Dr. Luiz Elias, como é mais conhecido, atua como Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação. O Secretário é pesquisador do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual – INPI, na área de transferência de tecnologia. Atualmente é Coordenador-Geral dos Comitês Gestores de Fundos Setoriais, importante instrumento para a definição do planejamento e da aplicação de recursos em ciência, tecnologia e inovação. O Dr. Luiz Elias também acumula os cargos de Presidente do Conselho de Administração da Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP/MCT, Presidente do Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Tecnologia — SIBRATEC, Presidente do Conselho dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia e membro do Conselho Deliberativo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq. Portanto, vejam que ele tem currículo muito grande e atividade muito intensa. Por isso nós lhe agradecemos.

Quero saudar o colega Pastor Marco Feliciano, titular do nosso Conselho.

O Dr. Luiz Elias, apesar dessa atividade tão grande, houve por bem aceitar o nosso convite para fazer essa exposição, fundamental para que o nosso Relator possa embasar o trabalho que está tão bem desenvolvendo sobre importante matéria.

Todos sabem que o Brasil tem participação muito pequena na propriedade intelectual, sobretudo nas patentes. Por isso, precisamos cada vez mais estimular esse setor para que assim possamos ter no País não só uma das maiores economias do mundo, mas também uma economia que pesquise, inove e sobretudo registre patentes.

O registro de patentes é fundamental. Neste mundo da pirataria, é importante que se registrem as patentes. Nós, muitas vezes, somos acusados de fazer pirataria, enquanto outros países do mundo fazem muito mais, milhares de vezes mais do que nós, mas não vamos levar em consideração os outros. É importante regularizarmos nossa situação para que o Brasil, de acordo com a sua capacidade intelectual, possa cada vez mais registrar as nossas patentes e usufruir desses grandes benefícios.



Passo a palavra agora para sua exposição ao Dr. Luiz Antônio Rodrigues Elias.

Quero saudar o colega Pedro Uczai, que acaba de chegar.

**O SR. LUIZ ANTÔNIO RODRIGUES ELIAS** - Muito obrigado, Deputado Inocêncio Oliveira, que preside este Conselho de Altos Estudos. Agradeço-lhe as palavras e o elogio. Espero, ao final desta apresentação, ser merecedor de tanto.

Quero agradecer também o convite ao Deputado Newton Lima, que tem conosco debatido muitas das questões, quando Reitor, inclusive na área de educação, na Universidade Federal de São Carlos, várias questões relacionadas ao tema ciência e tecnologia, especialmente ao que chamamos da consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, tendo o eixo estratégico da formação de recursos humanos no Brasil.

Quero saudar os Deputados Jaime Martins, Felix Mendonça, Pastor Marco Feliciano e Pedro Uczai. Quero agradecer mais uma vez, em nome do Ministro Mercadante, esta oportunidade.

O tema que me foi sugerido é tratar a questão do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação, especialmente um olhar sobre a propriedade. Não é um tema fácil, porque, quando se insere o tema da propriedade no meio econômico, ela se transforma num ativo, portanto, é uma mercadoria, como bem o senhor mencionou, e é negociada pelo seu princípio. Então, questões relacionadas à defesa da concorrência, à defesa do consumidor e ao conjunto de marcos legais devem estar implicitamente estabelecidas e relacionadas a essa temática.

Antes de fazê-lo, pretendo formular uma síntese que possa nos colocar no tempo dentre as características relacionadas à ciência, tecnologia e inovação, assim como à propriedade intelectual.

A formulação estruturalista, que é uma formulação originada inclusive da CEPAL, apresenta-nos certa característica que é comum às economias latino-americanas: baixa diversidade produtiva, ou seja, as economias possuem baixa diversidade produtiva, ou seja, as economias possuem baixa capacidade de empreender investimentos simultâneos, quer em ciência e tecnologia, quer em áreas estratégicas, quer na atração de divisas estrangeiras.



Uma especialização muito forte, isso é característica comum de todas as economias latino-americanas concentradas em *commodities* e em mineração. Portanto, muitas das vezes a nossa pauta de exportação é originada, é embasada fortemente na área de recursos humanos e recursos naturais, o que complica enormemente a capacidade, ou ela se dá da renda e a implicação disso para o processo de importação.

Há uma dualidade muito forte, ou seja, a coexistência entre tecnologias sensíveis, um avanço significativo em alguns setores e a produtividade elevada com setores de baixa capacidade tecnológica, portanto, setores que poderiam até ser de subsistência.

Por fim, aquilo que se chamou de institucionalidade inadequada. O sistema ainda não consegue propor políticas concretas e efetivas em nível nacional e internacional que transformem e cada vez mais elevem a base de competitividade das economias latino-americanas.

Isso tem algumas consequências. E tiveram consequências fortes durante todo o processo de industrialização daquilo que se chamou o desenvolvimento brasileiro. Nós temos modelo primário exportador, especialmente, que nos leva até a década de 50, 60 com baixa intensidade da nossa inserção em nível internacional, uma baixa correlação da nossa produtividade enquanto desenvolvimento, especialmente nas áreas sensíveis. Uma das suas ações que nos permitiu retomar processos de desenvolvimento forte, ou seja, na verdade, isso nos eleva à capacidade do padrão interno da economia brasileira numa média anual de crescimento a 7,26%, mas uma década que na realidade nós, economistas, chamamos de década perdida, porque fizemos um processo de venda de patrimônio, perda de capacidade ativa e principalmente perda de capacidade e competitividade interna.

Por fim, aquilo que chamamos hoje num processo de desenvolvimento que se baseia fortemente na capacidade de concentração em crédito, alta elevação da percepção de camadas populares no crédito brasileiro e principalmente alguns setores tecnológicos que vão mostrar mais adiante que são sensíveis à resposta a esse processo.



O controle da inflação pós 2004 nos coloca num ritmo de uma política de investimentos fortes. A aceleração do crescimento baseada no consumo de massa, ou seja, a dualidade entre a inserção de camadas da população e a elevação da renda nos permite ter estabilidade de crédito efetiva. A consolidação de um planejamento especialmente na via do sistema público com a elevação daquilo que a gente chama da taxa de investimento e a consolidação da democracia especialmente do bônus demográfico.

No entanto, na área de inovação, a percepção sensível é que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Gostaria de pedir licença para saudar a colega Teresa Surita, também titular deste Conselho.

**O SR. LUIZ ANTÔNIO RODRIGUES ELIAS** - Também aqui me baseio na pesquisa de inovação tecnológica realizada pela IPTEC nos últimos três anos, o nosso dispêndio em atividades inovativas que podem eventualmente gerar aquilo que se chama a propriedade na patente ou estabelecer contratos de tecnologia ainda é relativamente baixo. Essa pesquisa foi realizada nos anos 2003, 2005, 2008, geralmente pegando dois anos antecedentes. Percebe-se nitidamente que a economia brasileira ainda é fortemente concentrada na aquisição de máquinas e equipamentos.

Quando se trata de elevar a capacidade do processo inovativo interno pela via da licença ou aquisição de conhecimentos externos ainda é muito baixo dentro dos aspectos da economia brasileira.

A introdução de novas atividades inovativas, quer pela vinculação de centros internacionais de pesquisa e desenvolvimento no Brasil, quer pela atração ou licenciamento do que se chama processos industriais, ainda é muito pequeno mesmo em nível de treinamento.

Portanto, o que se concentra fortemente na economia brasileira é a elevação da capacidade de importação de máquinas e equipamentos. Isso se reflete necessariamente no nível de atividade por pessoas ocupadas em pesquisa e desenvolvimento. Ou seja, as atividades relacionadas a introduzir mestres e doutores, dada, inclusive nos últimos anos, a elevação que se teve na formação de recursos humanos, o que também é ainda muito baixa, quando comparada à introdução de graduados nas atividades de P&D.



No tocante às empresas que mais utilizam os instrumentos de Governo, situam-se em uma faixa muito ampla, principalmente, na faixa acima de 500 empregados, não tanto nas micro e pequenas empresas brasileiras.

Por fim, a participação em setores intensivos na relação direta com a exportação dos países, quer em recursos naturais, quer em processos intensivos. O Brasil ainda é muito significativo na sua pauta de exportação em recursos naturais. Isso é uma tabela de 2005, mas se se projetar para 2010, altera-se muito pouco esta relação. O Brasil está numa posição privilegiada em termos de exportação de *commodities* de recursos naturais ou minério bruto. No entanto, quando se trata daquilo que é efetivo para as economias e para o seu próprio crescimento e elevação da capacidade de renda, o Brasil ainda está muito distante dos países internacionais, especialmente Estados Unidos, China e Japão.

Com base nisso, fizemos um diagnóstico, a partir da determinação do Presidente Lula, à época, que pudesse percorrer o conjunto de elementos que marcaram a infraestrutura brasileira, a formação de recursos humanos e seu processo de capacitação, mas principalmente que desse uma impulsão muito grande na área do processo inovativo.

Era necessário criar cada vez mais instrumentos efetivos, quer de recursos, quer associados com as instituições federais, para que a absorção de pesquisadores elevasse a capacidade tecnológica do País.

Lançamos, portanto, o que chamamos de Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, em 2006-2007, pensando quatro elementos estruturantes.

Primeiro: expansão e consolidação do sistema nacional. Aqui basicamente se trata de formar mais recursos humanos, elevar a capacidade do conhecimento e principalmente elevar a infraestrutura de pesquisa laboratorial, ampliando a capacidade de integração do território brasileiro.

Segundo elemento: construção de bases sólidas de elevação do processo inovativo pela via da subvenção econômica, pela via da elevação da capacidade de operações de crédito e pela via de um sistema que denominamos novo, chamado Sistema Brasileiro de Tecnologia, à semelhança da EMBRAPA.

Terceiro: escolha de áreas que fossem estratégicas e que tivessem alta intensidade na cadeia produtiva brasileira, na biotecnologia, mas especialmente em



tecnologias da informação e comunicação e na área de biodiversidade. Portanto, aproveitar o que temos de recursos naturais e agregar valor aos elementos da biodiversidade brasileira e pensar a construção do complexo da defesa. E aqui faltou, na realidade, um complexo importante, que é o da saúde.

O quarto elemento é ter o eixo social não só voltado para a inclusão das camadas produtivas, mas principalmente para permitir cada vez mais a redução e o barateamento de um conjunto de materiais para efeitos de inclusão social. Refiro-me aqui à indústria da construção. Estamos trabalhando fortemente na área de materiais de construção, para fazer frente inclusive a um volume crescente e muito significativo de importação dos países asiáticos e também para consolidar um sistema nacional de tecnologia voltado para a acessibilidade e a inclusão social pela via de ferramentas como a questão da inclusão digital.

Isso certamente nos permitiu maior articulação e enfrentar o desafio da política pensando numa construção de competitividade que articulasse os instrumentos de incentivos do Governo Federal e estabelecesse o princípio do poder de compra, que este Congresso aprovou — Medida Provisória nº 495, aprovada ao final do ano passado —, que é um instrumento importante, que cria uma margem de preferência em relação ao preço internacional e facilita enormemente o adensamento das cadeias produtivas brasileiras.

E uma maior etapa no ciclo de inovação. Aqui, na verdade, é ter consolidado um processo dentro da empresa e induzir o empresário a fazer inovação. Há uma cultura empresarial muito forte, como mostrei anteriormente, de aquisição de máquinas e equipamentos para fazer frente ao processo de concorrência e muito menos ao processo inovativo.

E metas compartilhadas entre o setor produtivo e o setor público.

Isso nos permitiu produzir aquilo que chamamos de uma política de Estado; ou seja, a importância da articulação do Ministério da Ciência e Tecnologia de forma horizontal com um conjunto de Ministérios correlatos, mas principalmente pensando os planos nacionais que foram lançados — Deputado Ariosto, como vai? —, a interligação com o Plano de Aceleração do Crescimento, mas principalmente olhar a formação de recursos humanos, olhar o complexo da saúde e o complexo da defesa como estruturais no adensamento das cadeias produtivas; elevar a competitividade





na área de *commodities* e permitir uma maior integração com a política industrial e agora, certamente, com o Plano Brasil Maior.

Olhar as academias como eixo estratégico e cada vez mais importante de ampliação da capacidade de conhecimento nesses segmentos; estabelecer um princípio importante federativo, que é com o Secretário de Ciência e Tecnologia e com o Conselho das Fundações de Amparo à Pesquisa — FAPs, para o que nós chamamos (e aquele economista aqui, que aprendeu com o Milton Santos, um geógrafo da USP) pensar o território nacional na sua integralidade; e olhar a mobilização empresarial como eixo estratégico, portanto, numa articulação especialmente com a Confederação Nacional da Indústria, para introduzir o processo inovativo.

Isso tem tido efeitos positivos na última PINTEC. Crescemos, como taxa de inovação nas empresas industriais brasileiras, de 31% para 38%, no olhar de 2000 para 2008. Mas ainda é muito baixa para fazer a competição em âmbito internacional.

Elevamos a capacidade do número de empresas. Saímos de um patamar de 28 mil empresas, em 2003, para 38 mil empresas que se declaram inovadoras. Esse resultado ainda é muito pequeno para fazer frente ao processo concorrencial, não só nacional, como internacional.

Isso se mostra na Balança Comercial, ou seja, no grau de exportação em relação ao grau de importação, pensando naquelas que são alta e média-alta tecnologia. Há um déficit crescente. Portanto, há uma diferenciação muito grande na capacidade de exportação brasileira. Nós ainda não alteramos de forma significativa aquela matriz que apresentei anteriormente. Nós nos baseamos fortemente na relação de exportação de produtos primários exportadores. Ainda estamos naquela fase anterior de substituição de importações, se assim eu pudesse dizer. Portanto, é necessário que induzamos cada vez mais o elemento da alta e média-alta intensidade tecnológica como estrutural para elevar a nossa cadeia de produção.

As receitas e despesas para patentes, ou seja, na exploração de patentes, no fornecimento de tecnologia e na assistência técnica causam um descompasso nesse processo. Se por um lado é importante assegurar o princípio inovativo e, desse princípio inovativo, assegurar a propriedade como eixo difusor do processo, por



outro lado é necessário que olhemos — e este Congresso deve olhar — o que está ocorrendo após essa chamada harmonização das leis nacionais de propriedade industrial com o Balanço de Pagamentos, especialmente o Balanço de Pagamentos brasileiro.

Há um déficit significativo em termos da introdução de receitas, em termos da elevação da capacidade de remessa de *royalties*, remessa por tecnologia em âmbito internacional. Passamos, em 2005, de 1,2 bilhões de reais para 2,5 bilhões de reais. Isso é importante ser observado porque, muitas das vezes, é a relação entre a matriz e a filial aqui instalada, e não há aquilo que se chama de resultado positivo da introdução da tecnologia no cenário nacional.

O Brasil situa-se na média internacional em termos de investimento público, ou seja, o dispêndio público em razão do PIB está na média internacional, que é justamente este amarelo aqui. Está em torno de 54% e 55%. Portanto, em tese, ele estaria na média com alguns países, inclusive com o Reino Unido. No entanto, na relação direta do que se investe em termos de empresa, ou seja, o quanto a empresa despende do seu volume de faturamento, do seu lucro líquido para efeitos de inovação ainda é muito baixo no Brasil se comparado com os países centrais, especialmente com os países mais desenvolvidos, em que se tem alta intensidade nesse processo inovativo.

A produção científica brasileira — e isso é um orgulho — que fizemos ao longo da gestão do Presidente Lula avançou de forma muito significativa. Hoje, no *ranking* internacional, somos o 13º país em termos de produção científica. No entanto, quando vamos olhar em termos de inovação, ou seja, no *ranking* global do processo inovativo, o Brasil aparece bem distante dos países desenvolvidos.

Com relação às patentes, que interessam a este seminário e, certamente, ao seminário da semana que vem, o Brasil é um país que está muito distante do processo de patenteamento em âmbito internacional, ou seja, há um distanciamento muito significativo da sua produção e daquilo que poderia ser protegido dentro de seu cenário nacional — mais à frente eu vou mostrar que isso também é uma complexidade do próprio sistema.

O sistema tem gargalos efetivos na sua própria montagem. A questão da propriedade intelectual ainda não está completamente assegurada e ambientada no



Brasil e há problemas significativos, inclusive no processo de gestão e governança. Ou seja, em relação à nossa capacidade de produção do conhecimento, nos emparelhamos aos países internacionais. Em relação à apropriação desse conhecimento para a propriedade, estamos muito distantes dos países internacionais.

Percentual de distribuição de pesquisadores em tempo integral por setor institucional. Diferentemente dos países avançados, especialmente Estados Unidos e Coreia, onde os pesquisadores têm uma relação forte com o setor empresarial, no Brasil a inversão é muito grande. Na verdade, grande parte do nosso ensino superior está vinculado diretamente ao setor acadêmico, nem tanto ou quase nada ao setor empresarial.

Produzimos muitos mestres, elevamos a capacidade de doutores no Brasil. Portanto, somos o 13º país. No entanto, ainda não focalizamos, não concentramos as nossas áreas naquilo que é essencial para o crescimento da nossa economia.

Aqui fiz uma comparação entre o Brasil e a China na formação de recursos humanos em áreas estratégicas. Percebam: aqui está ranqueado, ou seja, com grau de importância e com algum peso relativo que estabeleci. A China hoje se preocupa em formar engenheiros, e nós ainda temos como quinto ou sexto elemento a formação de engenheiros. A China se preocupa fortemente em formar engenheiros químicos; e nós estamos com baixa intensidade na formação de engenheiros químicos. A China se preocupa fortemente em formar em ciências de materiais, especialmente voltadas para as novas tecnologias, na área de nanotecnologia, por exemplo; e nós ainda estamos com índices muito baixos na formação de ciências para novos materiais.

No entanto, avançamos de forma significativa — é importante chamar atenção — no conhecimento para a introdução daquilo que se chama de infraestrutura de pesquisa científica e daquilo que mencionei: a integração do território brasileiro por essa via. Ou seja, em 2002, tínhamos cerca de 43 *campi* instalados no Brasil, fortemente concentrados no Sudeste do País. Hoje nós temos 230 *campi* instalados no Brasil, com uma integração territorial bastante ampla. E ainda falta interligar o território norte, ou seja, a área norte do Brasil. Mas já avançamos de forma muito significativa.



Essa pesquisa é muito interessante. Eu sugiro que os Deputados tenham acesso à ela. Foi feita pelo CGE, por nossa encomenda, diretamente da Secretaria Executiva.

A Universidade Federal do Ceará, Deputado Ariosto Holanda, e a Universidade Federal de Pernambuco hoje são, por assim dizer, exportadores líquidos de pesquisadores doutores para o restante do Brasil, o que antes se dava apenas pela via de São Paulo e do Rio de Janeiro. Hoje São Paulo perde capacidade, Rio de Janeiro perde capacidade, e eleva-se de forma significativa a capacidade da Região Nordeste em formar e exportar doutores naquelas áreas mais sensíveis, que são as áreas mais importantes para o desenvolvimento brasileiro.

Criamos um sistema importante nessa área de formação de recursos humanos, na interligação daquilo que permanentemente estou chamando entre a universidade e o setor empresarial, entre a academia e o conhecimento, e a transformação desse conhecimento para o setor empresarial. Foram os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia. Hoje são 122 institutos nacionais, concentrados basicamente em áreas estratégicas, especialmente na área de saúde. São 39 institutos nacionais concentrados em saúde. Eles têm necessariamente, por definição do edital e determinação do Ministério da Ciência e Tecnologia, que fazer essa vinculação entre o conhecimento da universidade e o setor empresarial, para serem considerados instituto nacional.

Na área da tecnologia da inovação, criamos o que chamei de embrião da EMBRAPA na área de inovação, que é o SIBRATEC, pensando 3 objetivos centrais: o objetivo da inovação, o objetivo do serviço tecnológico e o objetivo da extensão, promovendo especialmente a formação e ampliação da capacidade de assistência técnica, para elevar a competitividade nos setores, especialmente nas pequenas e microempresas.

Isso, mais uma vez, nos permite integrar o território brasileiro na via da extensão, que é olhar o conjunto de instituições, desde o SENAI, o SEBRAE, os IPTs ou instituições assemelhadas existentes em cada um dos Estados, para que possam fazer parte de uma grande rede, interligada por vários processos de gestão, elevando a capacidade em extensão e também em metrologia, com laboratórios de



certificação e de conformidade do produto, para melhorar de forma significativa a capacidade de introdução do conhecimento no cenário nacional.

Criamos também, em termos de instrumentos, a possibilidade de ampliar, de 2002 para 2010, os instrumentos de apoio à inovação, ou seja, elevar fortemente não só recursos em crédito, mas que tivéssemos uma taxa efetiva de juros baixa, capacidade de fundo de capital de risco, participação acionária de empresas inovadoras; pela Lei de Inovação, pela Lei do Bem e pela Lei de Informática, melhorar a inter-relação direta dos setores e agora fazendo desonerações ainda mais importantes, por exemplo, na área de *software*, que permitam elevar a capacidade desses setores em termos do seu movimento de introdução de tecnologias; compras governamentais — ainda está aqui como medida provisória e já deveria ser transformada em lei; e o apoio pela via do SIBRATEC.

Isso nos leva a concluir, nessa primeira fase, para entrar no tema da propriedade industrial. É necessário que o Brasil, cada vez mais, introduza o elemento da inovação como central; aumente a sua produtividade; crie novos produtos; gere capacidade interna para elevar o que chamamos da introdução de um consumo mais forte de massa pela via de melhores empregos e mais renda; tenha o vetor de competitividade como elemento central para elevar o valor agregado e presença no mercado nacional como no mercado internacional; e selecione, ou seja, dê resultados mas, ao mesmo tempo, olhe o foco estratégico especialmente na área da saúde, nos complexos urbanos e na área de defesa.

Os países líderes não diminuíram, apesar da crise, o seu percentual em termos inovativos. Eles continuam mantendo, como regra básica das suas políticas, o processo de inovação como prioridade das suas políticas internas; e pretendem elevar consideravelmente o princípio da inovação como elemento central de concorrência; estão mantendo, haja vista os discursos que foram feitos quer agora, na crise europeia, mas principalmente na crise americana, que é o maior celeiro do processo inovativo. O discurso do Obama foi muito claro. Em seu discurso ele cita, pelo menos dez vezes, a inovação como eixo central da sua estratégia para elevar a capacidade e a competitividade da economia americana.

Construímos, a partir disso, por determinação do Ministro Mercadante, um novo marco estratégico para pensar todos esses elementos introduzidos naquilo que



chamamos de um círculo, olhando, de forma integrada e articulada, uma política de governança, sempre pensando numa política de Estado: promoção da inovação como eixo central, para reduzir a defasagem tecnológica e ampliar a capacidade inovativa interna; olhar a promoção de recursos humanos, ou seja, a formação de recursos humanos, integrando cada vez mais o território, como mencionei anteriormente, mas, dessa vez, pensando em tecnologias sensíveis, especialmente tecnologias verdes, ou seja, ampliar a capacidade criativa do conhecimento nacional voltado para a sustentabilidade do planeta; elevar a contribuição em termos da erradicação da pobreza e, nesse sentido, pensar, cada vez mais, a pesquisa de infraestrutura laboratorial como elemento decisivo dessa dimensão; e contribuir certamente para a competitividade da economia brasileira na nossa inserção internacional.

Aqui eu estou dando, em primeira mão, algumas taxas, que são taxas ousadas. Elevar o dispêndio, que está em 1,25%, para 1,80%, o que subentende colocar no sistema quase 40 bilhões de reais, em termos, no processo inovativo e para formação de recursos humanos; elevar consideravelmente — sem a articulação com o setor empresarial, nós não conseguiremos — aquilo que se chama de dispêndio empresarial em P&D em relação ao PIB, de 0,59% para 0,90%; aumentar a participação das empresas em fundos setoriais e com institucionalidades mais fortes; e, certamente, dobrar o número de pesquisadores que fazem frente à Lei do Bem, especialmente introduzindo esses pesquisadores dentro do cenário empresarial.

No tocante à patente, quero deixar um conceito que é meu, trazido de quase 18 anos trabalhando dentro do Ministério da Indústria e Comércio, especialmente no Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

A ideia de patente para um processo inovativo como o nosso, que é recente, deve ser introduzida; devem ser respeitados todos os tratados internacionais, mas ela deve ser introduzida com salvaguardas que respeitem os interesses nacionais, especialmente na área de saúde, e que olhem a dimensão do crescimento brasileiro na sua perspectiva histórica. Não se deve apenas fazer uma harmonização, como assim se chama, das leis nacionais com as leis internacionais pela via da regra jurídica, porque isso certamente nos trará consequências significativas no esforço



que estamos fazendo para o adensamento de cadeias tão sensíveis — e cito o caso da saúde.

A ideia de quanto maior a proteção do inventor, maior o crescimento das inovações não se suporta. Disso eu tenho clareza, como discuti com esta Casa exaustivamente, quando, em 1991 para 1994, se introduziu o que se chamava de Lei de Patentes, que, na verdade, é um código, porque tem marcas, defesa da concorrência, transferência de tecnologia e patenteamento. Portanto, a lei se transformaria num código, mas foi colocada, por uma questão de Regimento, pela urgência que lhe foi dada, como uma Lei de Patentes. Mas, na verdade, deve ser olhada sob esses distintos aspectos.

À época, eu lembro muito bem, houve a apresentação de alguns setores interessados, especialmente o setor farmacêutico internacional, que colocava uma relação direta entre patenteamento e inovação.

Eu tenho um trabalho que foi publicado recentemente, em que eu faço o mapeamento de toda a cadeia farmacêutica no Brasil e o processo inovativo pela via da apropriação da propriedade. Na verdade, existe uma introdução forte do patenteamento de não residentes, portanto, uma colocação de resultados de patenteamento de fora, com processo de monopólio de fora, e muito menos o processo de fusão ou de inovação no cenário nacional.

A evidência empírica sugere que a relação entre o nível de proteção e o nível de inovação se dá numa Curva de Gauss. Ou seja, na verdade, num primeiro movimento da introdução da lei, ele tem um movimento crescente, e, logo em seguida, o processo de proteção, porque se trata de uma mercadoria, de um ativo, se coloca presente.

Numa economia de mercado, a concorrência é um mecanismo básico para a promoção dos ganhos de produtividade. Mas para garantir esses mecanismos básicos é necessário que o Governo sane as falhas de mercado. Portanto, quando o Governo adotar políticas industriais de ciência e tecnologia e de defesa da concorrência, que olhe aquilo que chamo dos interesses públicos.

As patentes protegem certamente as invenções, e são significativas como elemento de estímulo ao processo industrial, como elemento de estímulo ao processo inovativo, mas certamente não pode ser excessiva nos estados iniciais de



desenvolvimento — especialmente aqui eu chamo a atenção, de novo, para a indústria farmacêutica e a área de saúde no Brasil.

O que eu estou falando não está sujeito a nenhuma regra diferenciada internacional. O TRIPS, no seu art. 7º e no seu art. 8º, determina:

*“A proteção e a aplicação de normas de proteção dos direitos de propriedade intelectual devem contribuir para a promoção da inovação tecnológica e para a transferência e difusão de tecnologia,” — e aqui vem o sentido concreto — “em benefício mútuo de produtores e usuários do conhecimento (...)”*

Portanto, salvaguardas podem ser empregadas e devem ser empregadas para proteger os interesses nacionais. Há que se ter um equilíbrio entre direitos e obrigações.

Podemos adotar, sim, medidas necessárias para proteger a saúde e a nutrição, como um interesse público que na verdade cria um setor vital de importância para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

É necessário que nos apropriemos dos processos dessas medidas, mas que se evite o que se chama, em direito de propriedade, de abuso, ou seja, o abuso do direito da patente, o abuso do direito da patente no sentido de infringir, na verdade, condicionalidades quando se tratam dos interesses nacionais e dos interesses públicos.

A transferência de tecnologia deve ser um elemento concreto para quando se concede um monopólio. O monopólio é um elemento de mercado, o monopólio é um ativo e uma mercadoria, é necessário para o estímulo ao inventor e é necessário para, de certa forma, retribuir o investimento feito, mas o monopólio não pode ser utilizado com uma concorrência desleal ou como um processo que não alimenta e não eleva a capacidade dos setores e das cadeias produtivas nacionais. Quando se trata de conceder um monopólio pelo Estado, esse monopólio deve assegurar certamente aquilo que, por um lado, chamamos dos interesses e aquilo que, por outro lado, é o adensamento das cadeias produtivas, como mencionei anteriormente.





O Brasil tem feito um esforço significativo nesse sentido e não podemos perder, quando se trata de discutir uma lei tão importante como essa, esse horizonte, que é o horizonte do interesse público.

As circunstâncias dos TRIPS pós-90, na verdade, nos fizeram pensar de forma mais efetiva esse sistema nacional para consolidar processos normativos, porque os mercados estavam se fechando a nível internacional, dado o grau de monopólio e de concentração que existia em algumas áreas sensíveis — na microeletrônica, na saúde e em algumas outras áreas.

Mas produzimos no Brasil algo que é muito importante e significativo, no final dos anos 90 — e eu participei ainda como pesquisador do INPI — e posteriormente a isso também, que era a ideia da quebra de patentes. Ou seja, quando se tratar de interesses públicos temos que ter salvaguardas. Portanto, praticar preços que aviltam o processo na área de medicamentos para AIDS, por exemplo, deve ser trabalhado dentro do Governo, evidentemente garantindo um equilíbrio das relações estabelecidas dentro do mercado brasileiro. Mas isso deve ser olhado.

Isso nos permitiu crescer fortemente na indústria de genéricos. A indústria de genéricos representava 5% do mercado brasileiro, hoje ela representa quase 40%, com empresas nacionais, dentro do mercado global brasileiro na produção de medicamentos. Isso é significativo, porque conseguimos hoje chegar a um sequenciamento de uma molécula. Portanto, empresas como a Cristália e outras estão hoje fazendo pesquisa científica emparelhada com qualquer laboratório internacional em algumas moléculas, estão quebrando moléculas, chegando ao sequenciamento dessa molécula e certamente terão a propriedade assegurada no Brasil.

Vou mostrar adiante um processo que, na verdade, cria uma dicotomia entre propriedade no Brasil e propriedade no exterior.

Depósito de patentes — para chamar atenção para isso que estou mencionando. Percebam, independentemente da Lei de Patentes, depósito de residentes assegurados no Brasil dentro do INPI, ou seja, tendo o escritório do INPI como elemento central. Não cresceu quase nada, muito pouco em relação ao próprio princípio da harmonização que ocorre aqui em 1995 e 1996. No entanto, a



partir deste eixo, 1995 e 1996, há um descolamento muito forte daquilo que se chama dos não residentes.

O que isso representa? Na verdade, estamos protegendo inventos internacionais e não inventos no Brasil. Nós estamos pagando cada vez mais *royalties* para o exterior — por isso coloquei aquela tabela no início. Nós estamos comprometendo o Balanço de Pagamentos brasileiro, aumentando de 1,3 bilhões de dólares para quase 3 bilhões de dólares, em termos efetivos do comprometimento do Balanço de Pagamentos brasileiro.

O exemplo da copaíba é claro nesse processo. Países com mais publicações sobre copaíba nos últimos anos. O Brasil é hoje um dos países com mais publicações científicas na área da copaíba. No entanto, o Brasil hoje sequer figura entre os países que possuem depósito de patentes na área da copaíba.

Isso chama a atenção para o sistema. Não estou aqui rebatendo que o sistema da propriedade não deva existir. Ele deve existir, porque é um elemento importante de estímulo à defesa do inventor, à defesa do empresário, ao seu investimento, mas devemos ter elementos construtivos que mantenham salvaguardas para que fatos como esse não possam ocorrer: a biodiversidade brasileira ser patenteada lá fora e termos que pagar *royalties* por essa biodiversidade, e não termos capacidade de gerar um processo de patenteamento dentro do Brasil.

Para terminar: desafios. Para manter esse processo crescente, é necessário que elevemos consideravelmente aquilo que chamam de taxa de investimento, ou seja, a taxa de investimento brasileira; liderar o processo de expansão econômica e certamente assegurar estabilidade e manter sob controle a inflação. É necessário expandir e aproveitar as oportunidades da descoberta do pré-sal como elemento de salto em nossa capacidade e nas cadeias produtivas. É necessário que nos voltemos para fortalecer as cadeias produtivas brasileiras e aquelas associadas ao processo de infraestrutura.

No tocante à inovação, induzir os investimentos de empresas líderes. Que elas puxem as cadeias das pequenas e microempresas, mas que principalmente se fortaleça o elemento da rede de pesquisa como elemento central para indução desse processo.



Ampliar a exportação de manufaturados e diminuir a dependência do que chamo de itens estratégicos, ou seja, que evitemos a dependência excessiva em *commodities* e elevemos a capacidade da química, da química fina, em fármacos, em saúde, em eletrônicos, em energia espacial — só para citar alguns exemplos.

Mas também que não deixemos de ampliar cada vez mais o elemento da ciência, Deputado Newton Lima, que é o elemento central de capacidade de formação e de elevação da capacidade do conhecimento para a economia brasileira.

Isso certamente nos coloca em condições de enfrentar o que se chama na literatura de novo paradigma internacional técnico e científico, que é ditado pelo contínuo processo de inovação em conhecimentos, mas principalmente com agregação de valor naquilo que mencionei anteriormente: média, média-alta e alta intensidade tecnológica. Ou seja, o emprego dual das tecnologias, por interesse público ou não, deve elevar a capacidade das cadeias internas.

Por quê? Isso eu fui pegar em um trabalho de Angus Maddison, um pesquisador internacional que fez um mapa do crescimento das economias internacionais especialmente dimensionando aquilo que se chamava anteriormente, na época dos impérios, de Pax Britannica, a hegemonia britânica, e, posteriormente, hegemonia americana. E depois, que agora se apresenta de forma significativa, a retomada do império asiático. O que quero chamar a atenção com isso? Cada vez mais se introduzem elementos de conhecimento em média e média-alta intensidade tecnológica.

A economia brasileira não vai fazer frente a esse processo avassalador se ela continuar exportando matérias-primas ou se concentrando em *commodities*. Por quê? Há um diferencial muito grande, a crise vai aprofundar, porque aqui ele foi até 2006, e a crise vai aprofundar ainda mais esta tendência de decréscimo. Há um decréscimo muito grande da hegemonia britânica a partir de 1900, especialmente na Europa, com um olhar muito forte para a perda de capacidade e de competitividade dos países europeus. Há um decréscimo muito significativo, a partir de 1980, da economia americana, com uma aproximação em paridade do poder de compra naquilo que se poderia dizer como a perda de capacidade tecnológica dessas economias.



Há um crescente processo da China. Isso me surpreendeu nesse gráfico, ou seja, a China, que estava isolada em seu processo de mundo em 1870, 1900 e 1950, começa a ganhar relevância por aquilo que não aceitamos — e não deveríamos aceitar —, como o presidente mencionou, que são as cópias. Que se faça um pouco de engenharia reversa, não é problema para ninguém, mas que não se permita a cópia. Mas a engenharia reversa nós devemos tratá-la, sim. Mas a China aproveitou as oportunidades do conhecimento e da microeletrônica, especialmente das tecnologias sensíveis, e hoje consegue, por paridade do poder de compra em relação ao PIB internacional, emparelhar com a Europa e com os Estados Unidos.

Isso nos apresenta uma ameaça muito grande no processo de importação. O Brasil, em todos os setores, está sendo fortemente pressionado pelo processo de importação. Daí o elemento do Plano Brasil Maior, na sua desoneração, que é o de fazer frente ao processo de câmbio e ao processo de importação que está quebrando as cadeias ainda existentes, de autopeças, materiais de construção, microeletrônica e outros setores.

A crise internacional interrompeu o processo de transbordamento de investimento sobre a eficiência produtiva de alguns setores, diferenciou o mapa internacional, como mencionei anteriormente.

A forte recuperação da economia, em 2010, embora tenha refletido um processo anticíclico, ainda não foi suficiente para elevar a nossa inserção na média e na média/alta intensidade. Portanto, temos que olhar esse *funding* do BNDES e as desonerações tributárias como elemento importante desta dimensão da capacidade.

E a retomada da economia evidencia determinados limites, principalmente a perda de competitividade e o déficit crescente em transações correntes.

De novo: a introdução da variável propriedade industrial é o elemento central desta construção e desta matriz do processo inovativo, mas deve necessariamente atender aos interesses públicos e aos interesses nacionais.

Para concluir, o fortalecimento do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia é um objetivo principalmente sistêmico: deve olhar tanto o setor produtivo quanto o setor público, com o desempenho efetivo e com o pactuamento entre as suas relações para o processo inovativo. As empresas inovadoras de bens e serviços



devem necessariamente aprofundar o seu compromisso com o desenvolvimento de tecnologias, a partir de recursos públicos. E o setor público deve assegurar níveis adequados de pesquisa básica, especialmente contribuindo para a geração de externalidades e para a capacidade privada, em termos da elevação do seu conhecimento.

O Estado deve, portanto, promover e articular políticas inovadoras que se vinculem necessariamente ao aparato do conhecimento, que se vinculem necessariamente àquilo que chamamos de interesse público e que eleve necessariamente a capacidade de empreender.

As políticas públicas devem incluir medidas e programas formulados em associação com o setor privado, mas que a introdução do setor privado nesse elemento seja efetiva, para elevar a capacidade interna. As políticas públicas devem arbitrar os meios pelos quais se vão induzir o desenvolvimento de instituições, a elevação das sinergias e das complementaridades, atuando naquilo que se chama de gargalos, quer no marco legal, quer no processo produtivo.

Creio que com isso dou uma contribuição, ainda que pequena, para a discussão de um tema tão importante e sensível como o da propriedade industrial. Mas tentei introduzir o tema da propriedade industrial dentro de um macroprocesso. Não adianta olhar somente a determinação ou os setores pela sua forma de pressão, que queira por exemplo ampliar a capacidade de patenteamento na área da saúde, sem com isso entender ou perceber o que isso terá de impacto nas cadeias produtivas internas ou no complexo que se chama industrial da saúde.

Por fim, quero chamar a atenção dos Srs. Parlamentares e pedir uma ajuda. E este é um movimento importante, para que ganhemos dimensão na área do pré-sal e cada vez mais elevar a nossa competitividade.

No ano passado, através da discussão que se fez sobre o Fundo Social, dimensionou-se uma lei, e essa lei tirou recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia, especialmente do Cetepetro.

O Deputado Jordão está fazendo essa correção. Entendeu a importância de se perceber que, se retirássemos quase 1,3 bilhão de reais/ano, estaríamos retirando, ao longo dos anos seguintes, ou seja, até 2020, quase 12 bilhões de reais da área de inovação, pela determinação legal, para a constituição do Fundo Social.



Mas queremos mais do que isso. É necessário que os Srs. Deputados discutam que grande parte desses recursos devem estar certamente centralizados em ciência, tecnologia, inovação e educação. Se nós não percebermos a dimensão do que está por vir pelo pré-sal e não aproveitarmos esta oportunidade que a natureza nos deu, para elevar a capacidade que temos hoje, que ainda é baixa — e mostrei — em relação às sociedades e às economias avançadas, e diante da crise — isso é extremamente necessário —, certamente esses recursos serão diminuídos, nem tanto em importância mas do ponto de vista da sua relação, para a infraestrutura de estradas, para infraestrutura de mapeamento, para a consolidação de meios urbanos, que na verdade possam ser empregados num meio muito mais efetivo, que é a ciência, a tecnologia, a inovação e a educação.

Creio que com isso também o Ministério dá uma contribuição para o debate. Estamos discutindo exaustivamente com os Líderes dos partidos, especialmente com Paulo Teixeira, Henrique Alves e Fernando Jordão, para que possamos concluir que, desses recursos — ou seja, dos recursos que serão destinados aos Estados produtores e não produtores e aos seus Municípios —, cerca de 30% necessariamente devem ter uma vinculação com ciência, tecnologia, inovação e educação. Isso dá uma dimensão nova para se trabalhar a capacidade de empreender recursos e para aproveitar essa oportunidade que a natureza nos deu, que é o pré-sal.

Obrigado, Deputado. Era isso o que eu queria dizer. Espero ter contribuído para a discussão. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Agradecemos ao Dr. Luiz Elias a brilhante participação.

Gostaria de sugerir aos colegas e ao Dr. Luiz Elias que anotassem as perguntas feitas para, no final, responder-lhes. Muita gente deseja fazer algumas perquirições.

Eu não sou especialista — os especialistas estão aqui —, mas gostaria de fazer algumas perguntas ao Dr. Luiz Elias, rapidamente.

Antes, quero saudar os nossos colegas Newton Lima; Ariosto Holanda, uma das figuras mais importantes deste Conselho; Márcio Macêdo, do PT de Sergipe; Luciana Santos, do PCdoB de Pernambuco, que foi Secretária de Ciência e



Tecnologia no nosso Estado, onde realizou um grande trabalho; e José Humberto, do PHS de Minas Gerais.

Dr. Luiz Elias, a área de Ciência e Tecnologia está incluída no PAC? Primeira pergunta. E não precisa responder agora.

Vou fazer a segunda pergunta. No começo dos anos 90, o setor público aplicava muito mais do que o setor privado, pelo gráfico que foi feito. E agora o setor privado aplica muito mais do que o setor público. Eu gostaria de saber o seguinte: essa aplicação de recursos pelo setor privado é feita diretamente, através dos seus centros de pesquisas, ou através de encomendas aos institutos de Ciência e Tecnologia e às universidades federais? Antes eram 41 e agora são mais de 200 as universidades que estão pesquisando.

Entre os setores estratégicos que V.Sa. citou estão a biotecnologia e a nanotecnologia. Eu gostaria de falar um pouco sobre a biotecnologia lá na Amazônia. Como é que vai essa biotecnologia? Está havendo uma evasão muito grande de plantas medicinais para outros países pesquisarem? E como vai essa pesquisa?

Sobre a nanotecnologia, é uma ciência nova. Desde o momento em que um cientista colocou toda a *Encyclopedia Britannica*, de 24 volumes, na cabeça de um alfinete, essa ciência passou a ter uma importância muito grande, tanto para a Medicina quanto para os materiais que V.Sa. listou, que são muito importantes.

Sobre a Medicina, eu vou citar apenas um caso. Determinado produto farmacêutico, um insumo farmacêutico, tem uma propriedade: quando dividido em nanotecnologia, pode ter o efeito contrário. Por isso, há necessidade de encapsulamento desse medicamento, para que ele não possa causar o efeito contrário.

Quanto aos materiais, determinado material pode ser fracionado em nanotecnologia, que é um bilionésimo do centímetro. O que é nanotecnologia? Uma bola de futebol seria o tamanho da Terra.

Se essa pesquisa é tão importante que faz com que determinado material, fracionado em tecnologia, seja antes condutor, é muito importante nesse ramo dos materiais.

Eram essas as intervenções que queria fazer.



Vou passar a palavra aos colegas, para lhes dar oportunidade. Passo a palavra, primeiro, aos colegas inscritos. Ilustre Deputado Newton Lima.

**O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar todas as colegas Deputadas e todos os colegas Deputados da nossa Comissão e registrar a minha felicidade por estarmos reunidos para assistir à verdadeira aula magna que o Dr. Luiz Antônio Elias acabou de nos dar, provocada pelo Presidente Inocêncio Oliveira.

Tão logo reiniciados os trabalhos, no período pós-recesso, incumbiu-me o Presidente deste Conselho de Altos Estudos, Deputado Inocêncio Oliveira, de indicar-lhe um nome que viesse, de alguma maneira, a dar a *startup* para a discussão da temática aprovada, relativa a propriedade intelectual e patentes.

Com a sapiência e a sagacidade que tem, o Presidente me pediu que marcássemos para esta quarta-feira que antecede o primeiro grande seminário do tema, na semana que vem, para o qual quero convidar mais uma vez, para o qual quero renovar o convite a todos os membros do Conselho, para que estejamos juntos debatendo com os convidados do setor privado, do setor acadêmico e do Governo a temática em questão, da propriedade intelectual e das patentes.

Queria registrar inicialmente que, a partir da tarefa que me deu o nosso ilustre Presidente, ato contínuo, veio-me à cabeça o nome de Luiz Antônio Elias. E vimos o currículo dele. E, mais do que o currículo, ouvimos a extraordinária palestra que nos deu, tendo a capacidade de discutir o tema que nós gostaríamos de discutir, dentro de um contexto macroeconômico, conjuntural, estruturante e comparativo internacionalmente. Então, nós temos um verdadeiro resumo, em tão pouco tempo, mas com uma abrangência extraordinária, dos gargalos que temos em relação a tão importante problema brasileiro que é este que nos amargura — e os gráficos indicam: muito bem postados no *ranking* internacional da produção do conhecimento e pessimamente postados na produção intelectual, no patenteamento, no registro e no depósito, o que significa a nossa incapacidade de trazer — até agora — o conhecimento produzido nas universidades e nos institutos para a linha de produção.

Portanto, isso responde ao tema da baixa competitividade dos produtos não primários. Os produtos primários a natureza nos deu, e o conhecimento nos ajuda





certamente, na área mineral e do agronegócio, a expandir a nossa fronteira comercial internacional. Mas, do ponto de vista dos manufaturados, de fato, como os gráficos mostram, o processo de desindustrialização precisa ser barrado. O Governo brasileiro apresentou, na semana passada, o Plano Brasil Maior; e, neste momento, ainda nesta semana, também se mostrou preocupado com as pequenas e microempresas.

O Dr. Elias, além de tudo, não só por trabalhar no INPI antes de vir para o Governo, por conhecer o INPI, por conhecer por dentro a temática de que estamos tratando aqui, foi o formulador do chamado PAC da Ciência, Tecnologia e Inovação e um dos formuladores, ao lado dos Ministros Aloizio Mercadante, Fernando Pimentel e Guido Mantega, do Plano Brasil Maior. Portanto, estamos perante alguém que pode ser explorado o suficiente neste momento porque detém o conhecimento da formulação de políticas estratégicas no campo da nova política industrial brasileira. Agora, sim — e se me permitem —, pela primeira vez marcada pela inovação do marco da política de inovação. Permitam-me a redundância.

Pois bem. Na semana passada, o Dr. Elias, com os Ministros Aloizio Mercadante e Fernando Pimentel e eu próprio, participou do IV Congresso Brasileiro de Inovação na Indústria, organizado pelo MEI — Mobilização Empresarial pela Inovação, da Confederação Nacional da Indústria. E foi lida, pelo Presidente do IEDI — Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial —, a carta-compromisso dos senhores empresários. E nós vamos notar que, dos dez compromissos assumidos pela indústria brasileira em relação à inovação, o terceiro ponto trata desse nó górdio que temos que desatar. Dizem aqui os empresários que têm como objetivo, na política de inovação, melhorar a infraestrutura e a cultura da propriedade intelectual no País, com base num regime pragmático de propriedade intelectual, compatível com os nossos interesses atuais.

É uma formulação revolucionária para a indústria brasileira. Nós estamos falando de um texto dos empresários. Não é um texto do Governo. Então, eu julgo da maior importância essa formulação. E dela me socorro para fazer, como Relator e membro deste Conselho, ao Secretário-Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação, desde a semana passada — a Presidenta Dilma Rousseff



incorporou a palavra “inovação” ao nome formal do Ministério —, o seguinte questionamento.

Considerando que, pelos dados aqui apresentados e que corroboram as nossas apreensões enquanto membros deste Conselho de Altos Estudos, temos dificuldades no registro de patentes a residentes no Brasil; considerando que, em função da legislação dos TRIPs internacionalmente aprovada, a partir de 2017 não haverá mais *pipeline* e, portanto, o nosso País precisará, necessariamente, não mais apenas reconhecer patentes reconhecidas automaticamente em outros países, mas também analisá-las uma a uma, sob toda a sua dimensão; considerando que a nossa infraestrutura para parecer e análise nos leva ao patenteamento num período médio de 8 anos, entre o depósito e a sua aprovação, o que deverá tornar ainda mais expressivo o problema a partir de 2017; pergunto ao Secretário-Executivo do MCT, conquanto o INPI esteja no MDIC e não no MCT, pela sua experiência e pela sua exposição, como responderemos à demanda apresentada pelos senhores empresários nesse tema, considerando as insuficiências que hoje se colocam na máquina da estrutura de patenteamento brasileira, que serão agravadas a partir de 2017, com o fim da *pipeline*?

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Srs. Deputados, a próxima semana será muito importante para o Conselho. Será realizado o Seminário *Extensão Tecnológica no Brasil*, no dia 16 de agosto de 2011, das 10 horas às 17 horas, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados.

O evento é de iniciativa do Deputado Ariosto Holanda e tem o apoio do Conselho de Altos Estudos, da Comissão de Ciência e Tecnologia e da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação.

Haverá uma exposição de um Centro Vocacional Tecnológico — CVT, de 16 a 19 de agosto, das 9 horas às 18 horas, em frente ao Anexo II da Câmara dos Deputados. A mostra é também de iniciativa do Deputado Ariosto Holanda e é patrocinada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, pelo Conselho de Altos Estudos e pela Comissão Especial do Plano Nacional de Educação.



Haverá ainda o Seminário *Inovação Tecnológica, Propriedade Intelectual e Patentes*, a realizar-se das 14 horas às 18 horas, no dia 17 de agosto, no Plenário 4 do corredor das Comissões. O evento é uma iniciativa do ilustre Deputado Newton Lima, Relator do estudo junto ao Conselho.

Haverá também o Seminário Internacional *Fontes Renováveis de Energia*, no dia 14 de setembro, das 9 horas às 18h30min, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados. O evento é uma iniciativa do Deputado Pedro Uczai, Relator do estudo neste Conselho.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Ariosto Holanda.

**O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA** - Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, companheiros deste Conselho, inicialmente, gostaria de parabenizar Elias por sua brilhante exposição. Quero até perguntar-lhe se vai disponibilizar os *slides*. Tentei anotar algumas coisas, mas não pude. Eu preciso desses *slides*, porque a sua exposição foi muito abrangente.

Eu o conheço desde a época em que estava à frente do INPI, defendendo o INPI, e da época em que implantamos aqui a CPI do Atraso Tecnológico. Lembra? Irma e eu estávamos nessa luta, para identificar as causas e dimensões do atraso tecnológico do País. E a causa principal que apareceu foi a degradação da base educacional do País.

Elias, anotei alguns pontos e queria fazer uma reflexão sobre eles.

Quando estive na Comissão de Ciência e Tecnologia, o Ministro Aloizio Mercadante destacou tanto a importância da inovação que, na minha intervenção, eu disse: *“Ministro, neste Brasil de muitos brasis, a inovação é relativa. Por exemplo: na região de São Paulo ou no Centro-Sul, temos que inovar com tecnologias de ponta”*.

E foram destacadas pelo nosso Presidente a biotecnologia, a nanotecnologia, a Química Fina, a Engenharia Genética, novos materiais.

Então, sobre a indústria naquela base de São Paulo, sem medo de errar naquele complexo do triângulo, lá estão 70% do PIB brasileiro. A concentração é muito alta. E não falo de concentração de renda, mas de concentração de conhecimento. A minha intervenção vai nessa linha. Para mim, o avanço da



tecnologia tem resultado no aprofundamento do conhecimento de poucos e no aumento da ignorância de muitos.

Hoje, o Brasil, segundo dados do IPEA de Marcio Pochmann, está em sétimo lugar em relação ao PIB, mas ele ocupa a 71ª posição em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano. E quando se trabalha com os dados da educação, a média nacional de analfabetos é de 10%. Mas, no Nordeste, é de 17%. A média cai no Sul e no Centro-Sul, onde a população tem uma escolaridade bem maior.

“Inovação” é uma palavra quase mágica hoje, como se tudo estivesse nesta questão da inovação. Acho que, nas regiões mais deprimidas, passa sobretudo pelo conhecimento. Por exemplo: ontem participei de um evento no Palácio do Planalto, sobre as pequenas e microempresas, o segmento que emprega, que é motivador mesmo. Esse segmento está precisando com urgência da inovação. Segundo Marcio Pochmann, a mortalidade das pequenas e microempresas é muito alta porque a maioria delas não consegue inovar. E muitas vezes o setor produtivo pensa, em relação às pequenas e microempresas, que bastam redução de tributos, financiamento, boa gestão. Em relação a isso estamos bem: o SEBRAE faz uma boa gestão. Quanto ao financiamento, temos bancos de desenvolvimento. Houve diminuição da tributação.

Mas ontem a Presidenta da República — não sei se V.Exas. se lembram disto —, quando se dirigiu ao Ministro Mercadante, disse: *“Isso tudo é importante, mas a inovação com assistência tecnológica a pequenas e microempresas é mais importante ainda”*.

Como eu disse aqui no Conselho, Presidente, penso numa estrutura de pequena e microempresa com quatro pés ou quatro apoios: gestão, financiamento, mercado e inovação, a assistência tecnológica.

Por isso, este seminário o Conselho aprovou chega em boa hora. É o caminho que encontramos hoje para assistir pequenas e microempresas com extensão tecnológica. Essa extensão poderia ser viabilizada por um programa do Ministério da Ciência e Tecnologia, da SECIS, relativo aos Centros Vocacionais Tecnológicos. Esses centros atendem a duas demandas: da capacitação da população, daqueles que não têm mais tempo de ir à escola e precisam aprender e da assistência tecnológica a pequenas e microempresas.



Antigamente, na década de 80, havia um programa chamado PATME, o Programa de Apoio Tecnológico às Micro e Pequenas Empresas. E o CEAG — não era nem SEBRAE — fazia parte da gestão. No que se refere aos institutos tecnológicos, em Pernambuco, por exemplo, havia o ITEP, e o CETEB, da Bahia. Cito ainda o CETEC, de Minas Gerais. Os institutos davam assistência tecnológica.

Então, há que se pensar neste Brasil de muitos brasis em como fazer inovação nessas regiões em que existe analfabetismo brutal, como as Regiões Norte e Nordeste. Como desconcentrar esse conhecimento? O que provoca o desequilíbrio, Presidente, não é nem a riqueza, mas o conhecimento. E o conhecimento está altamente concentrado nas Regiões Centro-Sul e Sul.

Daí aquela nossa ideia de tentar fazer com que, para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, houvesse fundos setoriais direcionados para as suas demandas. Do que cada Estado está precisando para melhorar e elevar a sua base educacional, científica e tecnológica?

Não tenho a menor dúvida de que a educação, a ciência e a tecnologia serão capazes de diminuir a distância entre o Brasil rico, que é o 7º PIB, e o Brasil distante, que ocupa o 71º lugar em relação ao IDH.

Então, peço ao senhor, se puder, que enfatize a dimensão que o Ministério está dando ao programa dos CVT — Centros Vocacionais Tecnológicos e dos APL — Arranjos Produtivos Locais.

Mas me preocupo, Elias, porque é um programa que só sobrevive de emendas. O programa que se baseia só em emendas não tem sustentação. Então, há que se fazer uma reflexão sobre isso. Deve ser financiado com recursos orçamentários.

Acho que a Presidente Dilma fez bem ao estabelecer alguns cortes orçamentários, mas não podia ter cortado os recursos da área de Ciência e Tecnologia, porque significa cortar o futuro.

Eu me lembro de que a Finlândia, quando enfrentou uma crise grande, cortou recursos de várias áreas, mas os aumentou para ciência, tecnologia e educação.

Este Conselho tem que se posicionar no sentido da revisão do orçamento da área da Ciência e Tecnologia, até para fortalecer essa terceira perna que eu sempre defendo, que é a perna da extensão. Eu disse ao Ministro Mercadante que sempre



penso a Ciência e Tecnologia como um tripé: a pós-graduação e a pesquisa; o “d” do desenvolvimento tecnológico; e o “e” da extensão, da inovação e da transferência do conhecimento.

Então, a minha preocupação é mais no sentido da ação que poderíamos desenvolver no Ministério da Ciência e Tecnologia para desconcentrar esse conhecimento.

O senhor mencionou o número de engenheiros. Eu tenho um dado preocupante. Dos alunos matriculados nas nossas universidades públicas e privadas, 65% estão cursando Direito, Administração, Pedagogia e Contabilidade. Nós estamos precisando de engenheiros, de engenheiros químicos, de todos os tipos de engenheiros, de agrônomos, de geólogos, especialistas na área mineral. A demanda está reprimida, e as nossas universidades não estão atendendo a ela.

A minha colocação vai mais nessa linha de enfatizar o papel da ciência e da tecnologia nessa terceira perna que a gente não olha com uma visão estratégica de desenvolvimento, que é a área da extensão.

E eu queria aproveitar a presença do Secretário Elias para perguntar como é que anda aquele nosso PL, Sr. Presidente, o PL nº 7.394, que foi, aqui no Conselho de Altos Estudos, fruto daquele projeto de capacitação tecnológica da população. Esse PL cria um fundo para financiar as atividades de extensão. Foi aprovado na Câmara em quatro Comissões e enganchou lá no Senado. São recursos significativos que eu entendo que invadiram com o pré-sal, com aquilo que o senhor comentou, do FNDCT, que emprestou dinheiro ao pré-sal não sei por quê, não é? Parece-me que passa por aí, pelo que entendi. E quando de repente o Ministério... Porque minha ideia era a de que aquele fundo fosse suprir a demanda de extensão do Ministério da Ciência e Tecnologia. Eu disse para o Ministro Mercadante: “Mercadante, esse fundo de extensão é para o Ministério, que não tem recursos na área da SECIS”. Então, seria importante se o senhor pudesse posicionar-se sobre esse projeto, que foi um projeto de lei aqui do Conselho de Altos Estudos, que teve a assinatura dos membros de todos os partidos, e é por isso que ele é um projeto suprapartidário, que interessa a todos, e sobre as medidas que devem ser tomadas para que esse projeto seja aprovado e sirva como fonte de recursos para bancar



esses programas de extensão, principalmente o dos CVTs do Ministério da Ciência e da Tecnologia.

E cabe pensar também naquele negócio dos fundos setoriais, de que eu falei no início. Como é que nós poderíamos desconcentrar os fundos setoriais? Já que 30% têm de ser do Norte e do Nordeste, então que a gente defina um conselho deliberativo de aplicação, em que cada Estado seria ouvido sobre a sua política de ciência e tecnologia.

Eram essas considerações que queria apresentar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Muito obrigado ao ilustre Deputado Ariosto Holanda.

Passarei a palavra agora ao ilustre Deputado Pastor Marco Feliciano para fazer a sua intervenção.

**O SR. DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO** - Sr. Presidente, muito obrigado por esta oportunidade; Srs. Deputados; quero cumprimentar o nosso expositor de hoje, o Dr. Antônio Rodrigues Elias. É um prazer ter ouvido o senhor aqui. Eu que ministro pelo Brasil inteiro, como um tribuno, mas de outra forma, eu fiquei de queixo caído com sua oratória aqui. Parabéns, ouviu? Também, de um homem que tem o nome de Elias espera-se o quê, não é? (*Risos.*) “Elias” significa “lavé”, Deus, não é? Ou seja, é o único profeta da Bíblia que não morreu. Subiu para o céu diretamente, é um imortal. Então, parabéns pela sua explicação aqui. (*Risos.*)

Como noviço aqui, novato até, eu desconheço muitos assuntos aqui aplicados. Estou tentando aprender, sou ávido do saber, e quando eu fui convidado para estar aqui hoje e ouvir sua palestra, vi que alguns assuntos seriam abordados dentro da Lei de Patentes; talvez não caiba no assunto, mas se o senhor puder dar uma “palhinha” disso no final vou ficar feliz. Os assuntos aqui são macro, mas eu tinha a intenção de aprender algo sobre uma coisa que é micro: o ECAD, que é o órgão que arrecada, no campo dos direitos autorais, e que está hoje vivendo um inferno, porque não consegue estruturar-se. Eu disse “micro” porque eles arrecadam por ano só quase R\$ 80 milhões, e não conseguem explicar-se. Qual seria o conselho que o senhor, que entende mais dessa área, daria a esse pessoal para eles poderem explicar de uma maneira melhor e cuidar daquilo que é o maior bem



do brasileiro? Como disse Câmara Cascudo, o maior produto do Brasil é o brasileiro, e o brasileiro com seu intelecto. Essa seria a primeira pergunta.

A segunda é: quais são hoje os grandes projetos que estão atualmente sendo financiados pelo MCT?

E a terceira é bem simples também: como é que o senhor vê hoje a problemática da indústria automobilística aqui no Brasil? O que é que o Brasil pensa acerca da importação dos carros? Os carros devem vir montados para cá, como acontece hoje com a Kia e com a Nissan, ou o Brasil deveria apoiar apenas as empresas que trazem para o Brasil a sua tecnologia e usam a mão de obra, as montadoras daqui?

Pergunto isso porque é um dos setores que mais crescem. Recebi hoje inclusive um convite da FENABRAVE. O investimento é alto, isso aqui gera muitos recursos, e eu queria saber qual é o pensamento de V.Exa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Alguém mais deseja participar?

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Pedro Uczai, e depois a José Humberto.

**O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI** - Sr. Presidente, eu queria cumprimentá-los e dizer da alegria de ouvir Luiz Antônio, que veio projetar o futuro para além da discussão só de número, de estatística, porque o Brasil está crescendo, o Brasil está, mas efetivamente temos de pensar o Brasil de um ponto de vista mais estrutural, e o desenvolvimento de ciência e tecnologia para mim é o que vai dar solidez ao tipo de Brasil, de Nação que a gente quer construir. Por isso estou muito feliz de estar participando deste debate. Eu sempre disse, na minha humildade, que é um privilégio participar deste Conselho de Altos Estudos, que promove a cada encontro uma conferência de importância estratégica para nós pensamos o País.

Em primeiro lugar, eu quero comungar com o Deputado Ariosto e com os demais Deputados que participam inclusive das discussões aqui do Plano Nacional de Educação. Eu não acredito em uma solidez futura em ciência, tecnologia e inovação se a gente efetivamente não ousar agora no Plano Nacional de Educação





e garantir financiamento para a educação básica, porque a ausência de engenheiros aqui está na ausência de professores habilitados em química, física, biologia e matemática na educação básica brasileira. Mais da metade das escolas do Brasil não têm professor habilitado nessas áreas, e grande parte dos alunos que acessam a universidade nas áreas de engenharia abandonam o curso, tanto nas universidades privadas quanto nas públicas. Inclusive nas universidades públicas muitos alunos desistem, em função da dificuldade que há nessa área.

Então, esta é a primeira pergunta que eu queria fazer: há articulação entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério da Educação nesse debate da formação? Eu não tenho dúvida de que, de todos esses cursos, deveria haver bolsa de estudos de 100%, de um jeito ou de outro, para as áreas de química, física, matemática e biologia no Brasil, para formar esses professores, mas formar pesquisadores também, nessas áreas, e sustentar os vários cursos de engenharia.

Quando eu estive agora na China, tive conhecimento de que uma das empresas, só uma das empresas de energia eólica tem 400 engenheiros — 400 engenheiros na empresa! —, alguns no processo de produção e a maioria absoluta no desenvolvimento de pesquisa. De 4 mil funcionários, 10% são engenheiros. Foi por isso que lá se formaram 650 mil engenheiros no último ano. E Luiz Antônio deu o dado aqui do que a China fez nos últimos 20 anos. É essa a demonstração!

Então, para mim, isso é estratégico. Isso é pensar o Brasil. Isso é pensar o futuro. Por isso é que todo o Congresso este ano vai debruçar-se sobre isso, sobre o quanto nós vamos botar de dinheiro na educação brasileira, sobre o que é fundamental.

E a segunda pergunta tem relação com a formação de mestres e doutores para ciência, tecnologia e inovação. Além das universidades federais públicas, nas universidades convencionais, nas PUCs, nas universidades comunitárias que têm mestrado e doutorado, nós não deveríamos disponibilizar o PROUNI para a formação de mestres e doutores também, no Brasil? Eu queria fazer-lhe essa pergunta, na área de formação humana.

Em segundo lugar, há grandes prioridades, e eu quero concordar, nessa perspectiva também de um Brasil tão desigual, tão diferente e tão contraditório, que o Ministério de Ciência e Tecnologia deve pensar um pouco na estratégia do Brasil



geograficamente e investir em centros de pesquisa e de inovação nos diferentes lugares do Brasil, a partir das vocações regionais. E aí há várias áreas. Na minha região, as várias universidades públicas e comunitárias, como instituições, juntaram-se e construíram um centro científico e tecnológico em energias. E a emenda que nós tínhamos articulado para isso, no valor de R\$ 1 milhão — era a única que eu tinha priorizado no ano passado, porque eu não era Deputado Federal, era Estadual —, era para que esse centro pudesse ter o primeiro fôlego para várias pesquisas, inclusive na área de energia de pequeno porte, para produzir, por exemplo, uma tecnologia chamada parafuso de Arquimedes, que é uma tecnologia mundial, ninguém tem patente, mas veio para a área de pequenas hidrelétricas essa tecnologia, para substituir turbinas, e há pesquisadores, há disposição de se desenvolver essa pesquisa, que não existe no Brasil e poderia desenvolver-se a partir da nossa realidade. Eu só estou dando um exemplo do que significa essa coisa de descentralizar os recursos, descentralizar projetos de pesquisa e inovação, não só por tamanho, mas por região, por critérios geográficos.

E, terceiro, era isto que eu queria dizer: eu estou feliz, porque na semana que vem também nós vamos realizar vários seminários aqui, não é? O do dia 16, do dia 17. Agora, no dia 16, vejam, eu que presido a Frente Parlamentar das Ferrovias, olhem o seminário que nós vamos realizar semana que vem, no dia 16: Tecnologias Ferroviárias! E por quê? Com o que nós nos deparamos nestes 6 meses na Frente Parlamentar? Estão faltando engenheiros ferroviários, estão faltando técnicos nessas áreas! Nós estivemos conversando com alguns setores industriais. Os setores, mesmo o setor público, o Ministério da Ciência, os que estão ajudando-nos a montar o Ministério dos Transportes, o de que eles estão precisando é de engenheiros na área ferroviária, porque com a desativação, com o sucateamento nas últimas décadas, nós precisamos de novos profissionais. E aí nós vamos fazer um dia de encontro para chamar inclusive as universidades federais para formar engenheiros ferroviários, técnicos ferroviários, para este grande momento em que o Brasil está recolocando, retomando os projetos ferroviários. Então, estou só dando um exemplo específico: nós estamos trazendo todas as universidades aqui para Brasília, para ver qual delas vai oferecer, nas áreas das engenharias, essa área de



transporte ferroviário, como há em outros países, que estão investindo nisso. Então, só quero registrar esse acontecimento.

Eu estou muito feliz por estar aqui, Presidente da Comissão Inocêncio Oliveira, demais pares. Eu acho que a gente está num momento importante do Brasil e desta Comissão, cabe pensar longe, e acho que o Deputado Newton vai neste ano concluir esse tema aí com muita grandeza, e vai colocar o Brasil na perspectiva de daqui a uns 20 anos estarmos entre aqueles primeiros, porque temos condições.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado José Humberto.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ HUMBERTO** - Sr. Presidente, Dr. Luiz, Secretário Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, infelizmente cheguei um pouco atrasado, mas pude ver o final da sua exposição, o brilhantismo da sua exposição, tão importante para todos nós. Quero cumprimentar também os colegas Deputados aqui presentes.

Senhoras e senhores, eu quero dizer que esse assunto é de tamanha importância para todos nós que nós chegamos até, em certos momentos, a ficar angustiados, na pressa de encontrarmos as soluções. Eu, por exemplo — nós falamos aqui de engenheiros —, eu sou de uma geração perdida de engenheiros. Eu formei-me engenheiro em 1983 pela UFMG, e posso dizer ao senhor que nunca fui dos piores alunos em todas as classes por que passei.

Naquela época foram desfeitas todas as equipes de engenharia que nós tivemos. Formei-me no auge da crise do petróleo, no final do Governo militar, e de repente uns viraram suco, e eu virei talvez tecido, porque meu pai era comerciante varejista, tinha loja de tecidos e confecções; e de repente eu, que tinha sido treinado, à custa de recurso público, numa universidade federal, tive um treinamento de muito boa qualidade na UFMG, um treinamento cartesiano — não é, Jaime? —, onde aprendi que 2 mais 2 é sempre 4, tive de rever todos os meus princípios, porque me tornei político, e agora 2 mais 2 é 3, ou 4, ou 5, dependendo da hora. Dificilmente é 4, da forma cartesiana, como nós aprendemos. Enfim... *(Risos.)* O Deputado Inocêncio está rindo, porque ele sabe, com a sua experiência, da verdade das minhas palavras.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Estou rindo porque eu gostei.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ HUMBERTO** - *(Risos.)* O que eu quero comentar é o que outro dia ouvimos por aí, e esta semana vimos o Governo movimentar-se, felizmente movimentar-se, no sentido de lançar o Programa Brasil Maior e apressar-se também no aperfeiçoamento da Lei Geral, que me parece um avanço muito grande, mas a gente sempre fica preocupado, porque parece que as coisas vão, mas não vão até o ponto a que eu acho que nós tínhamos de avançar. Por exemplo, eu não vi entre as ações o que nós estamos aguardando há muito tempo: uma proposta de reforma tributária. Não há consenso. Difícil! O Governo ficou de enviar a esta Casa ainda este mês uma proposta de reforma fatiada, em que nós pudéssemos atacar pelo menos a questão da guerra fiscal e a questão da desoneração da folha. E agora o Plano Brasil Maior atacou essa questão da desoneração da folha, mas apenas para alguns setores. São setores importantes, porque são intensivos na utilização de mão de obra, mas eu acredito que se poderia ir um pouco além.

E assim nós vemos, na política econômica, essa questão dos juros altos; na questão da educação, o problema do ensino médio, por exemplo, que é de responsabilidade dos Estados; a maneira como estamos formando os alunos; quando vemos as estatísticas, nós que conhecemos a realidade, dos alunos que saem — daqueles que saem, porque 30% apenas conseguem completar o curso de ensino médio —, desses, de 100 alunos que entram, apenas 4, talvez, sejam capazes de utilizar os rudimentos da matemática, como é que nós vamos falar em ciência e tecnologia sem antes desamarrarmos o Brasil de todas essas questões que o Deputado acaba de mencionar? Ou seja, a questão da qualidade da educação, a questão do ensino médio profissionalizante; e aí há a preocupação, eu conheço a preocupação do Deputado Ariosto Holanda com a realidade da sua região, aliás, das regiões, com as diferenças regionais; as questões que nós temos em relação a pesquisa, a desenvolvimento, a ciência, a tecnologia; a questão da infraestrutura, da necessidade de infraestrutura; a questão da nossa legislação fiscal e tributária, não é? E aí fica aquela angústia para todos nós, e talvez daí a vontade



de avançarmos um pouco mais rapidamente. Eu chego agora, e, como eu sou recente nesta Casa, talvez seja a pressa de um novato.

Mas o que eu quero é desejar felicidade e muito sucesso nesse plano aos senhores, que são os formuladores desse programa, e dizer da nossa intenção de contribuir regionalmente. Vou trabalhar na minha região para que isso aconteça, cooperando de todas as formas. E desejo que realmente nós possamos, com a ciência e a tecnologia, deixar enfim de sermos um eterno país exportador de *commodities* e de produtos primários, para — quem sabe? — um dia aproveitarmos essa capacidade que o povo brasileiro tem, eu tenho certeza de que tem, de ser criativo e inovador. Isso tem de ser aproveitado na ciência, na tecnologia, na educação, e lá na empresa também, pelo empreendedorismo que eu sei que é característico da nossa gente também.

Então, quero apenas parabenizá-lo e desejar-lhe muito sucesso nesse plano, porque nós estamos vendo a nossa indústria perder todo o nível de competitividade que ainda lhe restava, e não me parece uma coisa conjuntural; parece-me um sinal dos tempos isso aí, uma situação que está chegando, de acirramento dos níveis de competição internacional, e que chega para ficar. Essa é a nossa preocupação.

Muito obrigado pela oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Agradecemos ao ilustre Deputado José Humberto.

Passarei a palavra à ilustre Deputada Teresa Surita. Nós não citamos o partido da pessoa porque este é um órgão apolítico. Este é um órgão que tem a intenção de formular políticas públicas para o Poder Legislativo e para o Brasil. Por isso não citamos o partido a que pertence a pessoa. Aqui estão pessoas interessadas em, não fazendo competição com as Comissões Técnicas da Casa, realizar estudos sobre matérias importantes para o País, que possam trazer uma grande contribuição para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Portanto, passarei a palavra à ilustre Deputada Teresa Surita.

**A SRA. DEPUTADA TERESA SURITA** - Boa tarde.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é uma alegria para mim estar aqui reunida com o Conselho de Altos Estudos. Eu tenho, até pelas palavras que o Presidente Inocêncio Oliveira acabou de dizer, a impressão de que talvez, dentro da Câmara



dos Deputados, este seja o lugar de maior satisfação, até pela competência de criação de políticas públicas, porque eu acredito realmente em políticas públicas.

Com relação à questão de ciência e tecnologia, eu gostaria de fazer algumas observações, reforçando o desequilíbrio das Regiões, que o Deputado Ariosto Holanda ressaltou tão bem, deste Brasil de muitos brasis. E eu represento a Amazônia, represento um Estado da Região Norte que realmente tem muitas carências, e quando se fala em ciência e tecnologia a minha pergunta é, reforçando muito o que o Deputado Ariosto Holanda disse: como chegar a essas regiões ainda tão precárias na produção do conhecimento? Como tratar a biodiversidade da Amazônia, que hoje, pela explicação, pela apresentação que o senhor fez aqui... Uma brilhante apresentação, inclusive, e eu também quero registrar o quanto são importantes esses dados que nos chegam. Como enfrentar essa desigualdade econômica e social que o Brasil hoje registra? Na Amazônia nós temos um grande percentual de água, e hoje a água é tida como necessidade até para que o planeta possa sobreviver. Quer dizer, quais os estudos que hoje estão sendo desenvolvidos em relação a essa questão?

Com relação ao PNE, eu também considero que o Plano Nacional de Educação é um dos projetos mais importantes que tramitam nesta Casa; agora, eu ainda não vejo de fato um envolvimento forte, como seria preciso haver, para que o PNE realmente surgisse da forma necessária para fazer a mudança de que o Brasil precisa com relação à educação. Em Roraima eu já vi comunidades indígenas receberem computadores quando sequer os professores estão capacitados para lidar com essa ferramenta. Quer dizer, qual é hoje o trabalho que existe, juntos, o Ministério de Ciência e Tecnologia com o Ministério da Educação, para que essa ferramenta que é tão importante possa de fato chegar às mãos das crianças de uma forma correta?

Eu acredito que são muitos os problemas ainda a serem enfrentados, pequenos, para nós chegarmos a discussões maiores, como já acontece no Brasil, mas ainda em regiões em que sequer, muitas vezes, há energia para se poder trabalhar com ciência e tecnologia da forma como todos nós queremos. Então, ficam essas minhas indagações. E eu acredito que a inovação tecnológica na pequena e



na microempresa é fundamental, porque a pequena e a microempresa são as que mais empregam, que mais geram renda para este País.

Enfim, esses são os meus questionamentos, principalmente quanto a essa questão deste Brasil tão desigual em que nós vivemos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Agradecemos à Deputada Teresa Surita.

Passarei a palavra agora ao ilustre Deputado Jaime Martins.

**O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS** - Obrigado, Sr. Presidente. Eu quero saudar todos os companheiros deste Conselho, as Sras. Deputadas, os Srs. Deputados, o Sr. Luiz Elias, que nos brindou com uma excelente apresentação. Quero saudar com alegria o nosso Presidente, que revemos aqui, em forma, com toda a força e a saúde, para conduzir os destinos do Conselho.

Sr. Presidente, eu infelizmente vou ter de me ausentar, profundamente triste por não poder participar até o final desta sessão, porque certamente eu ainda poderia aproveitar muito a presença do Dr. Luiz Elias aqui, mas eu estou com uma fila de compromissos acumulando-se, e o Ministro já me ligou aqui.

Mas eu quero cumprimentar Luiz Elias pela apresentação, e queria desde já lhe pedir... Quer dizer, ele brindou-nos aqui com uma aula magna, mas eu queria uma aula particular (*risos*), lá no seu gabinete, para nós conversarmos algumas coisas sobre fundos setoriais. Eu gostaria de... Meu gabinete vai entrar em contato, e um dos temas que eu gostaria de debater é exatamente a questão ferroviária. Eu, durante praticamente 16 anos, era quase que uma voz solitária aqui nesta Casa, falando de ferrovias, numa época em que o projeto ferroviário brasileiro tinha sido absolutamente esquecido, as nossas ferrovias estavam sendo sucateadas, desativadas; agora, tenho a alegria de ter Pedro Uczai, que chegou aqui com toda a força, com toda a energia, para nos ajudar a conduzir esse tema.

Mas sobretudo eu senti também a ausência ou o desaparecimento de nossa tecnologia ferroviária. Temos alguns centros de excelência localizados dentro da Vale do Rio Doce, na Ferrovia de Carajás, que tem um elevado padrão, até para os padrões internacionais, mas no mais a nossa tecnologia ferroviária desapareceu.

Faço parte dessa geração também, de engenheiros lá da Universidade Federal de Minas Gerais, que, formados nos anos 70, muitos caminharam para



outras atividades. As próprias empresas desativaram as suas áreas de engenharia, em função de praticamente não haver investimentos na infraestrutura, na modernização do País, e hoje nós estamos pagando esse preço. Hoje não temos engenheiros na iniciativa privada, não temos nas escolas. E, já percebendo essa dificuldade, eu tinha proposto ao Ministro dos Transportes que nós criássemos o Centro de Referência e Excelência em Educação Ferroviária, e consegui já mobilizar em torno dessa idéia o CEFET de Minas Gerais, a Confederação Nacional do Transporte, a Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários e a Agência Nacional de Transportes Terrestres, que já estão prontos para assinar um termo de compromisso para trabalhar na criação desse centro de referência em tecnologia ferroviária.

No ano passado, em janeiro do ano passado, na condição de Presidente da Comissão de Viação e Transportes, inclusive, eu promovi o I Seminário Sino-Brasileiro no Ministério das Ferrovias da China, com a presença do próprio Ministro da China e de praticamente todas as grandes cabeças da tecnologia ferroviária chinesa, inclusive dentro desse projeto do trem de alta velocidade. A China hoje detém certamente algumas das melhores tecnologias, a China detém sozinha mais do que o restante do mundo tem, hoje, em construção de trens de alta velocidade. Se somarmos tudo que Japão, França, Alemanha e Itália fizeram em trem de alta velocidade nos últimos 50 anos, a China fez no curto espaço de alguns anos tudo que eles fizeram e 60% a mais. Inauguraram no mês passado a maior linha de alta velocidade, entre Pequim e Xangai, com 1.300 quilômetros. Eu fui para lá janeiro do ano passado, quando foi inaugurado um outro trecho, de 1.050 quilômetros, entre Wuhan e Guangzhou. Então, eu gostaria que a gente pudesse conversar sobre isso, se a gente pudesse ir lá ao seu gabinete.

Eu queria parabenizar também o Deputado Pedro Uczai, que tem tomado com bastante força a discussão dos temas da ferrovia. Deputado Pedro, quero deixar aqui o nosso apoio a esse seminário. Inclusive vou convidar essas pessoas que estão envolvidas nesse centro de referência e excelência em tecnologia ferroviária para participar desse seminário.

E quero, apenas para concluir, dizer, Sr. Luiz Elias, que concordo com a sua observação de que a nossa Nação deveria raciocinar em termos estratégicos e





deixar um pouco a dependência que nós temos hoje na nossa exportação de *commodities*, sobretudo de produtos naturais não renováveis. Estou discutindo aqui na Casa o marco regulatório do setor mineral. Há inclusive uma proposta, que está lá na Comissão de Desenvolvimento Econômico, de retirada dos benefícios da Lei Kandir. Nós hoje pagamos para poder exportar produtos naturais não renováveis, dando completa isenção. Para quem é de um Estado como Minas Gerais, que tem minas no próprio nome, onde a atividade mineradora é muito intensa, e nós estamos percorrendo sempre o Estado de um lado a outro, nós vemos os graves danos ambientais que essa atividade tem provocado no Estado, sem praticamente deixar nenhuma contribuição, para o Estado e para o País. Então, nós estamos propondo essa revisão.

Eu disse à então Ministra Dilma Rousseff, num encontro que tivemos, numa viagem a Tóquio, que colocaria na mão dela uma proposta com que ela ia arrecadar nesse setor o equivalente ao que ela estava perdendo naquele momento, que era a CPMF, algo em torno de R\$ 35 bilhões, R\$ 40 bilhões por ano. Só essa isenção que damos via Lei Kandir representa algo como R\$ 15 bilhões a mais. Estive com o Governador do Estado de Minas Gerais na última sexta-feira e mostrei a ele que, com essa isenção, só Minas Gerais perde R\$ 3,1 bilhão. O Estado do Pará perto de mais de R\$ 1 bilhão, com essas isenções. E é um setor tem capacidade de contribuir, ajuda pouco e tem uma capacidade de contribuir, dentro de um cenário de preços no mercado internacional que o permite muito bem. Mostrei inclusive uma comparação com o setor do petróleo, que gera em tributos cerca de R\$ 94 bilhões por ano, enquanto o setor de mineração não tem gerado mais do que R\$ 1 bilhão. E embora — apenas para comparar duas grandes empresas — o faturamento da PETROBRAS chegue a algo próximo de R\$ 90 bilhões, e na Vale o faturamento é bem menor, o lucro das duas empresas, porém, foram semelhantes; a PETROBRAS teve um ganho de R\$ 35 bilhões e a Vale teve um lucro de R\$ 30 bilhões. Então, é preciso, sim, fazer uma reflexão.

Nós estamos inclusive dentro de um processo, daquilo que alguns economistas chamaram de “doença holandesa”. A “doença holandesa” é um excesso de liquidez gerado pela entrada excessiva de dólares, provocada por uma exportação de *commodities*. No caso da Holanda, então, era o gás. Quando se



descobriram grandes jazidas de gás, a Holanda começou a criar uma dependência econômica de uma única atividade não renovável; depois, percebeu que deveria estrategicamente fazer a mudança desse eixo, para exportar e para desenvolver a indústria e produtos com mais agregação de valor, de tecnologia, e valor agregado de mais mão de obra, o que se deve fazer internamente no país.

Então, eu queria deixar aqui também a nossa concordância e dizer que estamos aqui trabalhando. Fizemos também, o Conselho fez uma proposição de mudança, no que diz respeito ao novo Código de Mineração, e também propõe aí uma participação especial, mas nós estamos tratando até, muito além disso, não apenas dessa questão do Código de Mineração, mas também das próprias alterações que propusemos, da Lei Kandir.

Então, mais uma vez, quero parabenizá-lo, agradecer-lhe a participação, e apresento aqui minhas escusas, em função de ter de me ausentar, lamentando. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao último orador deste período, o ilustre Deputado Felix Mendonça.

**O SR. DEPUTADO FELIX MENDONÇA JÚNIOR** - Quero parabenizar o nosso Presidente Inocêncio pela retomada dos trabalhos, o nosso palestrante Luiz Elias e todos aqui presentes.

A base de tudo está na educação. Quero até dizer que o Governo está investindo nisso, e terça-feira a Presidente Dilma estará lançando uma série de novas universidades. Só na Bahia serão duas novas universidades, 15 campi, e isso é um começo. Falta muito ainda, não é?

A minha pergunta será bem curta, porque senão nós teremos de promover novas palestras, só para responder essas questões todas que estão sendo feitas aqui. (*Risos.*) Enquanto, Sr. Presidente, a previsão para este ano é de 36 mil novas patentes no Brasil, nos Estados Unidos a previsão para este ano de 2011 é de 600 mil novas patentes. Essa é nossa diferença em relação a um país desenvolvido: 36 mil patentes no Brasil, 600 mil patentes nos Estados Unidos este ano. Mas a minha pergunta foge a isso. É sobre as empresas. O que leva as empresas brasileiras a não investir em pesquisa e inovação? É um pensamento do empresariado brasileiro? É uma filosofia? Ou isso se deve à falta de incentivo governamental,



incentivo via impostos, incentivo de pesquisa? O que falta? São os nossos empresários que estão atrasados, ou falta uma política governamental que incentive isso?

É só essa pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Passarei a palavra agora ao ilustre Dr. Luiz Elias, Secretário Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, para fazer suas considerações.

**O SR. LUIZ ANTÔNIO RODRIGUES ELIAS** - Bom, muito obrigado pelas palavras que a mim foram dirigidas. Espero realmente ter contribuído para o debate, que é muito importante, sobre esse tema da propriedade industrial.

O elenco de perguntas, como disse o Deputado Felix, exigiria quase uma outra palestra aqui (*risos*), e neste momento eu tenho um problema sério, Deputado Inocêncio: o Ministro está sendo chamado no Palácio, e já me “bipou” aqui umas cinco vezes, pedindo a minha presença. E eu vou ter de sair daqui a pouco, muito rapidamente, mas não queria furtar-me a responder algumas questões, que são macroquestões e que eu acho importantes, que foram levantadas. Começo inclusive pelo último Deputado, com a sua intervenção.

Por que as empresas não investem? Há um histórico, na formação das empresas do Brasil; embora seja um processo industrial diversificado e amplo, não se não pratica a máxima, eu diria, kaleckiana e keynesiana, de que o investimento é que origina a poupança; para elas, é a poupança que origina o investimento. Ou seja, eu primeiro vou fazer a importação de máquinas e equipamentos; depois eu vejo se me sobra algum valor para fazer o processo de P&D, diferentemente da visão dos anglo-saxões, especialmente, que na verdade investiram pesadamente e estruturalmente em pesquisa e desenvolvimento.

Embora os Estados Unidos, como vimos naquele gráfico que eu mostrei, estejam perdendo a sua competitividade, em termos da paridade do poder de compra, em relação a tudo que é produzido mundialmente, os EUA hoje ainda são um celeiro de desenvolvimento de tecnologias sensíveis em nível internacional. A China está muito distante. Fala-se muito na China; há um trabalho recente, feito por pesquisadores da OCDE, muito rico, que demonstra claramente que os Estados Unidos ainda têm capacidade de retomada, e a sua capacidade de retomada está no



processo inovativo, na grande capacidade da infraestrutura de pesquisa que foi construída no país, na grande capacidade de diversificação da produção que foi construída no país, e na pujança da economia americana, especialmente pela vertente da tecnologia. Esse é um fato concreto, que nos coloca um exemplo, e nós estamos tentando mudar, de 2002 para cá, como eu fiz questão de apresentar.

Hoje o empresariado brasileiro não pode dizer que não dispõe de recursos, de instrumentos, instrumentos inclusive casados entre o BNDES e a FINEP, com o robustecimento que a Presidente Dilma ofereceu, e determinou, no seu programa nacional, e lançou agora, no Programa Brasil Maior, que é o de colocar R\$ 5 bilhões este ano, somente este ano, em crédito na FINEP. A FINEP operava com R\$ 800 milhões no ano passado, e vai passar a operar integralmente, este ano, com R\$ 5 bilhões, em termos de crédito. Se somarmos a pujança disso, no BNDES, do PSI, do Programa de Sustentação do Investimento, nós teremos recursos suficientes para alavancar o processo industrial.

No entanto, tanto pelos dados da PINTEC como pelos daquela pesquisa que realizamos com o IPEA, no mapeamento que fizemos, são poucas as empresas inovadoras; apenas 2 mil, 2.500 empresas de fato fazem procedimentos em P&D na tipologia das empresas, ou seja, em todas as cadeias de empresas, pequenas, médias e grandes empresas, e essas empresas não estão tão diversificadas dentro da estrutura industrial brasileira. A grande maioria, no cenário nacional, ainda faz a vertente da atualização chamada tecnológica pela via da importação de máquinas e equipamentos.

Mudar essa dimensão é muito difícil. Estamos tentando. Construimos com a Confederação Nacional da Indústria o que chamamos de Mobilização Empresarial pela Inovação, com os grandes empresários líderes, os grandes empresários inovadores, pequenos e microempresários e grandes e médios empresários, porque há uma cadeia de médias empresas no Brasil que é muito importante e tem pujança. Isso está dando algum resultado. Percebeu-se nitidamente que o problema não está na insegurança jurídica, o problema não está na capacidade de instrumentos. Está reforçando-se cada vez mais a subvenção, ou seja, para atuar no risco do conhecimento, na fase pré-competitiva. O problema está em mudar a cultura do empresariado brasileiro para apostar nesse processo.



O ponto 2 é a questão da distribuição regional. Por determinação, Deputado Ariosto e Deputada Surita, da própria formação dos fundos setoriais, 30% dos recursos (sendo que no CTPetro são 40%) devem ser aplicados nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Nós temos cumprido essa meta. Se nós formos olhar a subvenção econômica, a subvenção econômica concedida, grande parte desses itens da subvenção — e este é um dado importante — foram para pequenas empresas e médias empresas, não tanto para grandes empresas, e grande parte desse recurso, 30% foram para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Dentre as implicações dos fundos setoriais, quer nas aplicações verticais que se chamem, quer nas aplicações transversais dos fundos setoriais, está mantendo-se a média. O grande movimento que vai fazer-nos dar o salto é o que os senhores apontaram: cada vez mais integrar o território brasileiro com capacidade de ciência, com capacidade de conhecimento. Não basta só diversificar e ampliar a dimensão produtiva, é necessário que naquela Região haja a infraestrutura da pesquisa científica, a infraestrutura laboratorial, e integrem-se em redes todos os entes ali estabelecidos. É o que estamos tentando fazer com o CEBRATEC, e é o que fizemos conjuntamente com o MEC, como mostrei naquele mapa, ampliando a capacidade das universidades federais, e agora também das universidades estaduais, inclusive as do seu Estado, do Ceará, e também das universidades sem fins lucrativos, para que possam, ampliada a capacidade dessas universidades, responder às etapas do conhecimento. O que é que estamos fazendo, com isso? Fixando o doutor na região, melhorando consideravelmente o processo de competição, elevando a capacidade da pesquisa científica, mas principalmente atuando em rede, com esse pesquisador, por intermédio do que chamamos de Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, na relação direta com o processo industrial.

É difícil? É. É demorado? Sim, porque há uma cultura — e os senhores têm razão em apontar isso — de não diversificação, de não integração do território; muitas vezes as políticas públicas não pensam necessariamente o território como um ente estrutural para praticar o processo das políticas públicas, e muitas vezes a construção que se deu em planos anteriores não percebeu essa dimensão.



Um outro olhar que estamos tendo é o olhar transversal, no sentido de olhar o complexo industrial da saúde, por intermédio do Programa Mais Saúde e da sua vertente 2, que vai ser lançada agora, olhar a dimensão do complexo industrial da defesa, pensando alguns nichos importantes que existem no País, a Base de Alcântara e outros, que possam servir de elementos estruturais para ter impacto na cadeia. A Base de Alcântara, por exemplo, muitos poderão pensar: mas o que é que terá de impacto na cadeia? Sim, terá impacto na cadeia na parte de sistema iniciais, terá impacto na cadeia na parte de construção das torres. Eu tenho de demandar, e nós estamos conseguindo, num trabalho exaustivo de mapeamento das cadeias locais, demandar localmente, naquela Região Nordeste, vários sistemas, ou procedimentos, e materiais, e equipamentos, para a base de Alcântara, para o lançamento de foguetes, em nível nacional e — com a Ucrânia — inclusive em nível internacional.

Esse olhar transversal dentro do Governo é muito importante. Um outro elemento da construção dessa arquitetura passa pelos Secretários de Ciência e Tecnologia e pelas fundações de amparo à pesquisa. Eu, quando iniciei a minha gestão como Secretário Executivo, tomei como ponto central — dentre outros, mas este como um ponto muito importante — que os Estados da Federação tivessem leis estaduais de inovação. Apenas um Estado, e isso espantou-me enormemente, apenas um Estado, Deputado, tinha uma lei de inovação; não era no Sul, não era no Sudeste; não era Rio, não era São Paulo, não era Minas Gerais, não era Bahia, não era Pernambuco, nem era o Ceará; era o Estado do Amazonas o único Estado da Federação que tinha uma lei estadual de inovação, muito bem estruturada, e que fez valer isso para reforçar consideravelmente a sua Fundação de Amparo à Pesquisa. Qual era a ideia do Governo à época? Era a de que aumentasse a capacidade de recursos e valor agregado na biodiversidade tão importante da região da Amazônia, e assim se fez.

Conseguimos fazer com que hoje 15 Estados da Federação tenham leis estaduais de inovação. Com isso, reforçamos consideravelmente o patamar de recursos e de capacidade de empreender e incrementar processos de inovação e de difusão da ciência junto a esses Estados. Eles mobilizam hoje quase R\$ 5 bilhões no somatório global dos orçamentos dos Estados com as Fundações de Amparo à



Pesquisa. Isso permitiu-nos ter quase R\$ 300 milhões para os Institutos Nacionais, oriundos das Fundações de Amparo à Pesquisa, e isso é muito importante, porque aquele recurso aplicado pela FINEP, ou aquele recurso aplicado pelos fundos setoriais, ou aquele recurso casado no instrumento com o BNDES, necessariamente, quando se trata da vinculação cooperativa com o Estado, deve ser aplicado no Estado, porque o Estado entrará com a contrapartida. Isso está reforçando enormemente, e hoje Estados menores, Acre e Amapá inclusive, estão discutindo leis estaduais de inovação para reforçar as suas Fundações de Amparo, colocando 1%, ou 2%, ou 3%; geralmente é 1%, não passa de 1,5%, em termos recursos para ciência e tecnologia.

Deputado, se eu responder a todas as outras perguntas, eu ficarei comprometido no Palácio do Planalto. Há uma questão com que me provocou o Deputado Ariosto Holanda, que não posso deixar de mencionar. É sobre o PL. Na verdade, o PL que o Deputado menciona, que é relacionado aos fundos setoriais, na sua obrigatoriedade de aplicação, vincula uma receita que hoje é definida de forma ampla, inclusive pelos Secretários de Ciência e Tecnologia e pelas Fundações de Amparo à Pesquisa que participam do Conselho Diretor do FNDCT. O próprio Conselho Diretor do FNDCT tem considerações a fazer sobre esse PL, porque, ao determinar que um pedaço do global dos fundos setoriais seja aplicado naquelas CDT ou naquela vertente de programa ou naqueles Estados efetivamente, eu, na verdade, farei com que todos os outros pensem da mesma maneira. Isso certamente fatará consideravelmente o processo.

Há uma discordância apenas nesse sentido, mas há uma concordância explícita no mérito do que apresenta o Deputado, na importância de reforçar a área de inclusão social e desenvolvimento social. Isso é muito significativo porque dá maior dimensão para a acessibilidade, dá maior dimensão para aspectos relacionados a materiais e programas que envolvem a questão da construção civil, como eu mencionei, ou a parte de habitação, que é importante serem tratados.

Deputado Inocêncio Oliveira, peço mil desculpas. Eu já estou sendo bipado aqui enormemente. O Ministro vai cortar a minha cabeça se eu não sair agora, porque eu já tenho 15 mensagens no meu aparelho. Gostaria enormemente de continuar debatendo.



Apenas trago essa mensagem final. Quero agradecer enormemente a possibilidade, não só enquanto pesquisador, mas principalmente enquanto Secretário Executivo do Ministério, de apresentar alguns programas que o Ministério está mencionando e fazendo, alguns programas estruturantes que estão sendo levados pela coordenação do Ministro Aloizio Mercadante. Ele deu e tem dado uma dimensão muito forte e estrutural ao Ministério de Ciência e Tecnologia, agora com inovação no tema.

Quero me colocar inteiramente à disposição, com a minha equipe técnica do Ministério, para participar, não só do debate do dia 17, mas também no assessoramento eventual da parte legislativa. Eu conheço e sei da importância que isso tem. Eu dou um tratamento, como o Ministro Mercadante, muito forte ao Legislativo brasileiro. O Congresso brasileiro é uma expressão muito rica da dimensão da construção das políticas públicas. O gestor que não perceber essa questão estará cometendo um erro grave na sua relação direta e no seu processo de administração.

Quero chamar a atenção sobre a importância do tema da propriedade industrial, como fiz. É um tema sensível, não é apenas um tema jurídico, de emparelhamento com as relações internacionais. Não é um tema que nos traga investimento em uma relação direta, como mostrei. Não há uma casualidade entre elevar o patenteamento no Brasil e ter mais investimentos em inovação, ou ter mais impacto na cadeia produtiva brasileira.

Como eu demonstrei, o que cresceu foi o não-residente, o que cresceu foi os não-monopólio, e não a disseminação, como se esperava, e a contribuição, para as cadeias produtivas brasileiras.

Chamo a atenção de novo, para encerrar: uma área sensível, como a Saúde, deve ser tratada com salvaguardas — só citei uma, poderia ter citado outras —, porque senão nós teremos um impacto muito difícil e complicado na cadeia do complexo industrial da saúde existente no Brasil hoje. A área dos genéricos avançou porque estamos fazendo algumas salvaguardas, que ainda são poucas.

A anuência prévia da ANVISA, eu particularmente — o Ministro conhece a minha posição — não tenho problema nenhum em afirmar, é fundamental e importante na sua relação direta com o INPI, para que possamos mapear clara e





objetivamente aquilo que é possível de patenteamento no Brasil nessa área e aquilo que não é possível de patenteamento nessa área. Essa é uma posição minha, não é uma posição do Ministério da Ciência e Tecnologia, mas eu afirmei para o Ministro e afirmo ao Governo, porque é uma posição importante.

Quero agradecer, mas eu tenho que ir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Eu quero, por último, expor uma questão até pessoal.

V.Exa. conhece o CETENE — Centro de Tecnologia Estratégica do Nordeste?

**O SR. LUIZ ANTÔNIO RODRIGUES ELIAS** - Conheço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - É um órgão muito importante, que está fazendo pesquisas importantíssimas no campo da nanotecnologia e na produção de sementes especializadas para determinados setores.

**O SR. LUIZ ANTÔNIO RODRIGUES ELIAS** - De cana.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - O Presidente Lula, ao final do seu Governo, antes até, deu duas usinas de *biodiesel* para Pernambuco, uma para sua terra natal, Caetés, que é uma usina experimental, com 2.000 litros/dia, e outra para a minha terra natal, Serra Talhada, que é o centro do Sertão, a cidade polo de desenvolvimento de toda a região. A nossa Secretaria inaugurou um centro importantíssimo de desenvolvimento da caprino e ovinocultura.

Então, o Presidente Lula fez essa usina de Serra Talhada, uma usina de esmagamento e de produção. Apenas a de Caetés é uma usina de refino. A de Serra Talhada é uma usina de produção e de esmagamento de produção, de refino. Essa usina terá capacidade de produção de 10.000 litros/dia.

E a PETROBRAS, baseado no fato de que nós escolhemos o algodão... Serra Talhada já foi o maior produtor de algodão de todo o Estado de Pernambuco e um dos maiores produtores de todo o Nordeste. Serra Talhada é o terceiro Município em extensão territorial do Estado.

A SUDENE já comprou todas as máquinas de esmagamento, já comprou todas as máquinas de produção e refino. Faltam apenas 850 mil reais para construir as obras físicas e inaugurarmos. Está no Ministério de Ciência e Tecnologia. Nós corremos o risco de essas máquinas se estragarem, pois estão cobertas de plástico,



em Serra Talhada, em um galpão que conseguimos. A Prefeitura já transferiu um galpão que tinha também lá, para poder ajudar nessas construções.

Gostaria de pedir a cooperação de V.Exa..

**O SR. LUIZ ANTÔNIO RODRIGUES ELIAS** - Não tenha dúvida. Dada a importância, Deputado, o senhor tem o meu compromisso e terá do Ministro Mercadante também. Eu vou olhar o processo e voltarei a esta Comissão, especialmente para lhe dar uma informação, já amanhã, e os resultados que teremos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Eu agradeço a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA** - Sr. Presidente, não tenho direito à réplica, mas eu queria falar apenas para a reflexão do nosso amigo Elias.

Elias, eu não duvido da aplicação dos valores. O que eu questiono é que cada região definisse onde quer aplicar, porque o edital nacional é uma forma de tratar igualmente os desiguais. Então, do que o Amazonas está precisando? O que é? Ele é que tem que dizer. Do que o Piauí está precisando? Na hora em que se faz um edital nacional você não vai ao encontro das necessidades, e aí você tem um desequilíbrio.

Eu fiz um levantamento, e Pernambuco recebeu nos últimos 5 anos 120 milhões, mas o Piauí recebeu só 12 milhões, Sergipe recebeu só... Então, não está se observando qual é a demanda. Por exemplo, o Piauí precisava formar mais médicos, mais doutores, mas os editais nacionais não contemplam isso.

**O SR. LUIZ ANTÔNIO RODRIGUES ELIAS** - Deputado, permita-me apenas uma questão, para reflexão também.

Não mexendo na estrutura e na arquitetura hoje estabelecida, nós introduzimos um elemento fundamental, que eu citei muito rapidamente, que são os Secretários de Ciência e Tecnologia e as Fundações de Amparo à Pesquisa, os dois, terem assento no Conselho Diretor do FNDCT, que define o plano de investimentos.

O que nós fizemos além disso? Fizemos com que os Estados com programas estruturais, contrapartidas, na proporção do seu tamanho, definidas para esse plano de investimento, tivessem recursos substanciais do FNDCT. E assim tiveram. Eu mostro isso detalhadamente. O que fez Pernambuco, o que fez o Ceará, o que



fizeram outros Estados, inclusive o Amazonas? Se nós formos olhar a capacidade de recursos, a do Amazonas foi muito grande.

Estabelecido esse compromisso, esses Estados teriam que aprovar as leis internas de inovação. Há que o Estado se comprometer. Não é só o Governo Federal colocar o recurso. Não é só dizer que o Estado do Piauí ou o Estado da Paraíba não têm recursos suficientes, e, portanto, devem ter o apoio direto do Governo. Ele também tem que fazer o seu dever de casa. E nós fizemos isso.

**O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA** - Qual é a dificuldade de cada região definir a aplicação dos seus recursos?

**O SR. LUIZ ANTÔNIO RODRIGUES ELIAS** - Não, Deputado. Aí nós vamos discutir um Legislativo dentro do Conselho...

**O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA** - Não, não é o Legislativo. O que eu quero dizer é que nós temos 30% dos recursos dos fundos setoriais para o Norte, Nordeste, Centro-Oeste. Deixe essas regiões definirem onde querem aplicar.

**O SR. LUIZ ANTÔNIO RODRIGUES ELIAS** - Mas já está hoje, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA** - Não está, não está.

**O SR. LUIZ ANTÔNIO RODRIGUES ELIAS** - Se eu somar a isso... Veja bem...

**O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA** - Eu fiz esse levantamento e mostro o desequilíbrio.

**O SR. LUIZ ANTÔNIO RODRIGUES ELIAS** - Deputado, esse é um assunto importante, mas só para finalizar. Se nós olharmos o Conselho Diretor do FNDCT, no qual participam os Estados...

**O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA** - Eu não estou falando do FNDCT. Estou falando dos fundos setoriais.

**O SR. LUIZ ANTÔNIO RODRIGUES ELIAS** - É dos fundos setoriais, o FNDCT. Não, mas o FNDCT é de todos os fundos, é conselho de todos os fundos. A participação deles e o quanto foi destinado a cada um deles, e, mais ainda, pela contrapartida que eles deram, eu lhe garanto que é maior do que estamos conversando aqui.

**O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA** - Não naquilo que estamos precisando.



**O SR. LUIZ ANTÔNIO RODRIGUES ELIAS** - Mas, tudo bem...

**O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA** - Se nós tivéssemos essa divisão, esse centro que o Presidente disse, com certeza o Conselho, na Região Nordeste, teria colocado recursos lá.

**O SR. LUIZ ANTÔNIO RODRIGUES ELIAS** - Quero agradecer, Deputado. O Deputado Ariosto é um velho amigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Inocêncio Oliveira) - Agradecemos ao Dr. Luiz Elias pela brilhante participação.

Este foi um dos grandes dias deste Conselho, pelos conhecimentos de V.Exa., pelo muito que trouxe a este Conselho, e, sobretudo, pela assessoria que vai também nos dar sobre essa importante matéria. (*Palmas.*)